



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

“EU QUERO DIZER QUEM SOU EU!”

**SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO DE MULHERES
TRANSEXUAIS MORADORAS DE FOZ DO IGUAÇU-PR**

ANGELA FERREIRA

Foz do Iguaçu
2017

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

“EU QUERO DIZER QUEM SOU EU!”

**SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO DE MULHERES
TRANSEXUAIS MORADORAS DE FOZ DO IGUAÇU-PR**

ANGELA FERREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Rodrigues Tavares de Freitas

Coorientadora: Profa. Dra. Silvia Lilian Ferro

Foz do Iguaçu
2017

ANGELA FERREIRA

“EU QUERO DIZER QUEM SOU EU!”

SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO DE MULHERES
TRANSEXUAIS MORADORAS DE FOZ DO IGUAÇU-PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra Lorena Rodrigues Tavares de Freitas
UNILA

Coorientadora: Profa. Dra. Silvia Lilian Ferro
UNILA

Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira
UNILA

Profa. Dra. Virgínia Osório Flôres
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Para todas as Mulheres Transexuais que lutam pela legitimação e reconhecimento de serem o que são, sem dar explicações ou justificar seu modo de ser...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Prof. Dra. Lorena Rodrigues Tavares de Freitas por acreditar que uma mulher fora do seu tempo, negra, machista, com o pensamento totalmente dogmático pudesse aprender sobre a complexidade do tema de gênero e suas vertentes.

Agradeço a UNILA pela oportunidade de desfrutar e viver os anos da minha juventude tardia. Agradeço aos colegas que muitas vezes me fizeram chorar e alegraram meu dia, mataram minha fome e me encorajaram a chegar até o fim.

Agradeço a Samyra Padilha Ramos, Antonella Gessi de Lima e Milena Branco pela cordialidade em compartilhar suas histórias de vida, sem vocês esse trabalho não teria sentido. Agradeço a coordenação, corpo docente e discente de cinema e audiovisual por me receberem com carinho, e me permitirem experimentar a área de audiovisual. Vocês foram realmente especiais!

Agradeço a Dra. Solange Rodrigues Bonomo Assumpção, pedagoga do ILAACH e ao técnico Edson Duarte e Wender Silveira, pelo carinho e atenção que me ajudaram a alcançar o mestrado antes de terminar o curso.

Agradeço a UNILA e Fundação Araucária pela bolsa concedida.

Agradeço a Prof. Dra. Silvia Lilian Ferro pelo apoio e orientação.

A minha colega Kauana Maria Santos Neves pelo incentivo e ajuda nos momentos de dúvidas.

Agradeço aos Professores Dr. Anaxsuell Fernando da Silva, Dr. Waldemir Rosa, Dr. Marcos de Jesus Oliveira sempre dispostos a ajudar.

Agradeço a toda equipe da Secretaria Acadêmica e PRAE, pelo suporte técnico.

Agradeço a minha mãe Guiomar (in memorian) e a meu pai Gastão (in memorian) pela vida.

Agradeço a meus irmãos Dagoberto, Elisabete e Alcinéa e a minha filha Dandara pelo apoio e carinho incondicionais.

*“A vida não é o que deveria ter sido e
sim o que foi. Cada um de nós é a sua
própria história real e imaginária.”*
Ferreira Gullar

FERREIRA, Angela. **“Eu quero dizer quem sou eu!”**. **Subjetividade, identidade e reconhecimento de mulheres transexuais moradoras de Foz do Iguaçu-PR**. 2017. 86 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a construção da identidade de gênero e a luta por reconhecimento social de três mulheres transexuais moradoras da cidade de Foz do Iguaçu-PR. A entrevista em profundidade foi a técnica de pesquisa utilizada para a coleta de dados e a inserção no mercado de trabalho formal foi o critério norteador da seleção das entrevistadas. Para registro das entrevistas, optou-se pela utilização de recursos de gravação audiovisual. As entrevistas foram realizadas no ano de 2017 e analisadas a partir da perspectiva da luta por reconhecimento social travadas pelo movimento LGBT, em especial, pelas mulheres transexuais. Esse trabalho se propõe a apontar as formas de desrespeito social pelo qual passaram as entrevistadas, dar voz às suas demandas por reconhecimento social e, desta forma, ressaltar a importância da luta das mulheres transexuais contra a transfobia, pela despatologização das suas identidades de gênero e por direitos civis igualitários.

Palavras-chave: Identidade. Gênero. Subjetividade. Reconhecimento Social. Transexualidade.

FERREIRA, Angela. **"I want to say who I am!": Subjectivity, identity and recognition of transsexual women living in Foz do Iguaçu-PR.** 2017. 86 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

The present work aims to understand the construction of gender identity and the struggle for social recognition of three transsexual women living in the city of Foz do Iguaçu-PR. The in-depth interview was the research technique used to collect data and the insertion in the formal job market was the guiding criteria to make the selection of the interviewees. To record the interviews, which were conducted in the year 2017, we chose to use audiovisual recording resources. The analysis of the interviews took in perspective the struggle for social recognition by the LGBT movement, especially by transsexual women. This paper proposes to point out the forms of social disrespect by which the interviewees passed in their path, to give voice to their demands for social recognition and, in this way, to emphasize the importance of the transsexual women fight against transphobia, their fight for the depathologization of their gender identities and for equality in civil rights.

Key words: Identity. Gender. Subjectivity. Social Recognition. Transsexuality.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Samyra	83
Fotografia 2 – Reconhecimento	84
Fotografia 3 – Anonimato	85
Fotografia 4 – Luta LGBT	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CRS	Cirurgia de Redesignação Sexual
DST	Doença Sexualmente Transmissível
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis
HIV	Human Immunodeficiency Virus
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
NASA	Núcleo de Ação Solidária à AIDS
SOC	Standards of Care
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNIOESTE	Universidade Federal do Oeste do Paraná
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
WPATH	World Professional Association For Transgender Health

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 SOCIEDADES E SEXUALIDADES	14
2.1 CONCEITUANDO GÊNERO E IDENTIDADE	14
2.2 O “ISMO” COMO SUFIXO PATOLOGIZANTE	18
2.3 A PATOLOGIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS	19
2.4 O CORPO TRANSEXUAL	20
2.5 CRIAÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL	23
2.6 A MORALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE PELO CRISTIANISMO	28
2.6.1 A procriação como fim para o ato sexual	31
2.7 A NORMA COMO ARTIFÍCIO SOCIAL REGULADOR	32
2.8 A LIBIDO EM FREUD	35
2.9 HETERONORMATIVIDADE COMO DOMINAÇÃO SIMBÓLICA	37
2.10 A DESPATOLOGIZAÇÃO	39
2.11 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE	40
2.12 MOVIMENTO GLS/GLBT/LGBT NO BRASIL	42
3 TEORIA CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE ARTICULAÇÃO DA TEORIA DO RE- CONHECIMENTO	44
3.1 RECONHECIMENTO COMO AÇÃO PRÁTICA	45
3.2 A INTERSUBJETIVIDADE E A CONSCIÊNCIA DE SI	47
3.3 A AUTOCONSCIÊNCIA COMO CONSEQUÊNCIA DA NORMA	48
3.4 RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO. AMOR, DIREITO E ESTIMA SOCIAL	48
4 METODOLOGIA	51
4.1 INTRODUÇÃO	51
4.2 O AUDIOVISUAL COMO FERRAMENTA	51
4.3 A ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	52
ENTREVISTAS	53
4.4.1 Apresentação das Entrevistadas	54
4.4.2 Reconhecimento Pelo Amor na Vida de Antonella, Samyra e Milena	55
4.4.2.1 Antonella	55
4.4.2.2 Samyra	58
4.4.2.3 Milena	61
4.4.3 Reconhecimento Jurídico na Vida de Antonella, Samyra e Milena	64
4.4.3.1 Antonella	65
4.4.3.2 Samyra	66
4.4.3.3 Milena	67
4.4.4 A estima social na vida de Antonella, Samyra e Milena	68
4.4.4.1 Antonella	69
4.4.4.2 Samyra	71
4.4.4.3 Milena	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	82
ANEXO A – Fotografias da Realidade Transexual	83

1 INTRODUÇÃO

A transexualidade não é um tema muito fácil de ser acessado e entendido. Meus primeiros contatos com pessoas transexuais se deram dentro do ambiente familiar anos atrás onde alguns colegas de meus irmãos, que se tornaram meus também, já assumiam visualmente uma identidade fora dos padrões heteronormativos. Compartilhávamos de um ambiente de amizade onde a convivência se baseava na aceitação e no respeito, apesar de não entender não questionava o comportamento totalmente diferente desses sujeitos, talvez a atitude de minha mãe em relação a eles tenha feito com que eu assimilasse uma postura de normalidade em relação a suas diferenças. A maioria de nossos colegas, que na época eram chamados de bichas, viados, gays, homossexuais, trabalhavam como cabeleireiros e era habitual cortar-se o cabelo com eles. Nunca presenciei qualquer manifestação de homofobia, repúdio ou comentários maldosos. A sexualidade deles nunca me importou. Eram simplesmente pessoas diferentes e iguais ao mesmo tempo. Pensar sobre eles não era relevante ou necessário, não me causavam espanto ou me incomodavam com seu modo de ser.

Quando entrei na universidade fui colocada à prova diante dessa minha percepção, a impressão que tive foi a de que eu nunca realmente acessei o mundo em que as pessoas transexuais viviam, a realidade de suas vivências. Os estudos sobre gênero me colocaram a par de uma realidade que até então não questionava. As leituras me fizeram reavaliar toda forma de entendimento que eu tinha sobre as sexualidades. Comecei a acessar o campo do sofrimento, da angústia, humilhação e desrespeito que qualquer pessoa que ultrapassa as linhas da “normalidade” estabelecida pelo modelo tradicional do masculino e feminino se submetem. Fui confrontada, a cada leitura que fazia para esclarecer algum ponto que não entendia muito bem, uma crise de entendimento invadia minha mente. Isso tudo me fez adentrar cada vez mais nos estudos sobre o tema de gênero. Meu olhar e entendimento sobre transexuais e travestis não tinham mais a mesma conotação, percebi que elas tinham muita coisa para contar, que precisavam ser ouvidas, que precisavam falar de si mesmas e narrar suas próprias histórias. Me envolvi com a pesquisa de iniciação científica voltada para o

estudo de gênero e fui ganhando confiança até que decidi que o tema sobre mulheres transexuais seria abordado em meu TCC. Ouvir sobre a realidade cotidiana e as histórias de vida dessas pessoas é um privilégio, tomar consciência de que essas pessoas sempre estiveram ao nosso redor, dentro de nossa sociedade, e aceitá-las como pessoas que têm o direito de serem respeitadas como qualquer um de nós, é um desafio que nossa sociedade ainda precisa superar.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos distintos construindo uma linha de entendimento conceitual-histórico, sociológico e metodológico, finalizando com o confronto empírico das vivências de nossas entrevistadas com a teoria de reconhecimento de Axel Honneth. No primeiro capítulo apresento alguns conceitos importantes para que possamos entender algumas implicações no que se referem às influências científicas e religiosas na construção de normas validadas como padrões universais que impõem um modelo heteronormativo que constroem a ideia do que é o sujeito transexual na sociedade ocidental moderna. Apresento o exemplo de duas sociedades antigas que tinham suas próprias regras sobre a sexualidade de seus cidadãos. Discorro sobre algumas falas teológicas que demonizam as sexualidades, também faço referência aos discursos médicos cujas falas patologizam comportamentos permitindo à medicina tutelar os corpos das pessoas transexuais, e a luta desses sujeitos pela despatologização de suas identidades. Finalizando o capítulo, apresento um histórico sobre os movimentos de lutas por direitos LGBTs no Brasil.

No segundo capítulo, trago a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth. Este autor traz o modelo conceitual hegeliano sobre O reconhecimento, usando como base empírica para os seus argumentos a psicologia social de George Herbert Mead, numa leitura que se adequa as relações sociais num contexto mais próximo a realidade atual a qual vivemos em nossas sociedades.

No terceiro capítulo, confronto a teoria do reconhecimento de Honneth (2003) com a fala empírica das nossas entrevistadas. Assim, analiso como essas falas se conectam com a teoria do Reconhecimento de Honneth (2003) usando a entrevista em profundidade como método e técnica de coleta dos dados analisados.

2 SOCIEDADES E SEXUALIDADES

2.1 CONCEITUANDO GÊNERO E IDENTIDADE

A conceituação do termo identidade de gênero¹ aparece primeiro aplicado à diferença sexual do masculino e feminino dentro das linhas de pesquisas desenvolvidas por psicólogos e psicanalistas estadunidenses. Em 1962 *Oxford English Dictionary* afirma que “sexo” e “gênero” não são mais equivalentes, mas que “gênero” acentua a dimensão social e cultural, por oposição à definição biológica, definindo tal conceito relacionando sexo com a biologia e o gênero com a cultura (CASTEL, 2001 p.97). No Congresso Psicanalítico de Estocolmo em 1963 Robert Stoller introduz o termo “identidade de gênero” e em 1964 publica no *International Journal of Psychoanalysis* (CASTEL, 2001 p.98).

A relação do sexo com a biologia estaria ligada ao campo da endocrinologia enquanto a relação do gênero com a cultura com o campo da psicologia e sociologia. Dessa forma o “produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa “acabada” *gendered*, homem ou mulher” (COSTA, 2004, p.61). Esse conceito parece ter caído no uso informal e formal sendo tal discurso reproduzido pelas ciências psi² e demais instâncias de conhecimento. Com as lutas do movimento feminista no século XX o tema de gênero é novamente colocado em discussão e no final da década de 1970 uma antropóloga americana chamada Judith Shapiro passa conceituar gênero, sem as margens delimitadas no sexo biológico, definindo-o como um termo que

(...) designa um conjunto de categorias às quais outorgamos a mesma etiqueta porque elas têm alguma conexão com diferenças sexuais. Estas categorias, no entanto, são convencionais ou arbitrárias. Elas não são redutíveis e não derivam diretamente de fatos naturais, biológicos, e variam de uma linguagem a outra, na maneira em que ordenam experiência e ação. (COSTA, 2004, pp.52)

¹ Identidade de gênero será entendida neste trabalho como a forma como cada indivíduo pensa o próprio gênero: se pensa a si mesmo como um homem (masculino) ou como uma mulher (feminino). "Sexual Identity and Gender Identity Glossary". Fonte: <<http://feminism.eserver.org/sexual-genderidentity.txt>>.

² Aqui defino ciências psi as áreas de psicologia, psicanálise e psiquiatria.

A identidade é considerada um fenômeno social complexo, bastante discutida na ciência social contemporânea. As novas identidades fragmentam o indivíduo moderno desestabilizando o mundo social (HALL, 2014, p.9). Teóricos acreditam que as identidades modernas, que se encontravam em colapso no fim do século XX, estavam passando por uma mudança estrutural que fragmentava desde as paisagens culturais de classe afetando o gênero, a sexualidade, etnia, raça e nacionalidade (HALL, 2014, p.10).

Nessa perspectiva, a noção de identidade, compreendida como plural, fluida, em processo de produção como “produto das novas relações sociopolíticas”, aparece sempre “inacabada por não se esgotarem as transformações sociais” que a afeta. A noção de identidade se consolida no contato com o outro “por meio de interações em diferentes lugares da sociedade” (FERNANDES, 2008, p.33). Essa análise do discurso nos apresenta um sujeito do discurso heterogêneo, “constituído de elementos diversificados” (FERNANDES, 2008, p.26), polifônico, cuja voz é o conjunto de “vozes sociais” (FERNANDES, 2008, p.27), descentrado ao que se refere à identidade, tendo “um “eu” que implica em outros “eus” que estão localizados no discurso do sujeito” (FERNANDES, 2008, p.29).

A identidade de gênero está dentro dessa trama da identidade contemporânea, ela se desloca do binário tradicional, que ignora a existência da intersexualidade e da transexualidade, e ultrapassa as linhas que contém seu significado pré-estabelecido pelas instituições que o utilizam como ferramenta de controle do comportamento dos corpos. Na década de 1970, o termo gênero, que era utilizado até então como uma designação para classificar biologicamente o sexo feminino e masculino e os segmentos biológicos das espécies, passa a ser usado como argumento feminista para se estabelecer uma política que busca igualdade de direitos.

As palavras têm história e a história se utiliza da linguagem para codificar constantemente o sentido das palavras. Nem o campo acadêmico conseguiu aprisionar e fixar o significado das palavras de modo que não sejam afetados pelo jogo da invenção e da imaginação humanas. Geralmente os traços de caráter ou traços sexuais inerentes ao sujeito são nomeados por termos gramaticais de modo figurado. “Gênero” é uma dessas palavras que são construídas historicamente, codificadas, significadas e resinificadas (SCOTT, 1990, p.71); a

definição cria novas conexões de significados que com o passar do tempo se ressignificam ganhando códigos e interpretações diferentes.

Historicamente, o movimento feminista passa a usar o termo gênero para caracterizar as distinções sociais relativas ao sexo biológico, de acordo com as funções socialmente dadas. Está ênfase concebida ao termo gênero ressignifica literalmente as relações entre os sexos, confrontando o sistema social produtor de tais distinções. Numa descrição mais objetiva esses traços específicos estão inscritos nos corpos. Assim, gênero passa a ser uma ferramenta de análise que por meio do discurso se tornou uma ferramenta política. É importante observar que o gênero é concebido distintamente entre as sociedades, em meio às relações sociais, e momentos históricos, mas considerando os diversos grupos que compõem essas sociedades, vimos que em seu interior o gênero é concebido de várias formas (SCOTT, 1990, p.71; LOURO, 1997, p.14; p.21-23).

Os moldes que definem o termo “sexo” também utilizam o recurso da gramática para estabelecer e reforçar uma dicotomia que caracteriza o sexo anatômico, definido pela genitália, homem/pênis, mulher/vagina. Quando aparece a genitália ambígua³ essa dicotomia anatômica estabelecida é ameaçada e ignorada, não se questionando ou se discutindo a natureza dual da genitália. A esse corpo com dupla sexualidade é imposto uma disciplina corporificada que ajusta essa dualidade ao sexo biológico dominante⁴, (MAFFIA, 2003, p.5-6). As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades “transtornadas”, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. A binaridade que identifica homem/ativo-mulher/passivo firma essa identidade como matriz, que se reproduz e se atualiza para manter-se como padrão. (BENTO, 2012, p.2657).

O que vemos aqui é o desprezo a outros sexos biologicamente existentes além do masculino e feminino. Não faz sentido ignorarmos a existência biológica de outros quatro tipos de ‘sexo’ que podem ser identificados e reconhecidos por meio de traços genitais bem definidos, podendo ser definidos como “macho” o indivíduo que nasce com um pênis, “fêmea” o que nasce com uma

³ Para maiores esclarecimentos ver BARRETTO, Elenilde SA et al. Hermafroditismo verdadeiro: aspectos clínicos de 14 casos. **Arq. bras. endocrinol. metab**, v. 40, n. 3, p. 193-7, 1996. ⁴ Tradução livre.

vagina, “interssexuado” o que nasce com os dois órgãos genitais imprecisos e o indivíduo “nulo” que nasce “destituído de qualquer traço genital preciso” (LANZ, 2014, p.39). Aqui a leitura que se faz do ‘sexo’, como categoria que define o gênero, parece perder um pouco seu sentido, até porque

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O Gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (BUTLER, 2003, p.25)

Pensar gênero como marcador de comportamento masculino e feminino é de certa forma impor uma leitura “reduzora e simplista” do termo, excluindo-se uma análise mais coerente sobre as diversas “masculinidades e feminilidades” possíveis, permitindo se entender o gênero como um componente da identidade do sujeito (LOURO, 1997, p.23-24). Por meio dos “Estudos feministas e dos Estudos Culturais”, a identidade de gênero concernente ao sujeito se define como plural, múltipla, não fixa, passiva de transformações que parecem muitas vezes contraditórias. A identidade do sujeito é criada e estabelecida pelo gênero da mesma forma que a etnia, a classe, a nacionalidade. O gênero entendido como parte do sujeito, impossibilita que as instituições sejam vistas como não generificadas. O “gênero institui a identidade do sujeito” (HALL *apud* LOURO, 1997, p.24-25). Ao desprender o gênero da condição corpórea leva-se a identidade de gênero para o campo do subjetivo ligado ao sentimento, a um sentido de identidade (BENTO, 2006, p.44) ou a um campo de entendimento dessa identidade. Quando Bento (2006) coloca gênero como sentimento, a condição corpórea do sujeito não é mais uma referência nem tão pouco o limite para se consolidar a sensação de pertencer. Gênero como sentimento extrapola às margens corpóreas colocando o corpo apenas na condição de detalhe. O que vale aqui é o que o sujeito sente de si mesmo, como ele se lê e se entende. Isso desloca e desestabiliza o modelo binário fundamentado em dois sexos e dois gêneros.

A quantidade de culturas encontradas com um número expressivo de identidades de gênero é uma prova que a diversidade de gênero é uma realidade absolutamente possível que extrapola os limites impostos pelas categorias de

gênero que só comportam definições que relacionam homem/masculino, mulher/feminino. O “gênero é uma construção social que varia intensamente de cultura para cultura e de época para época” (LANZ, 2014, p.39). Dentre essas culturas podemos apontar

As ‘hjiras’, recentemente elevadas oficialmente à categoria de 3º gênero, na Índia; os ‘berdaches’ ou ‘two-spirit people’, das tribos norteamericanas e os fa’afafine das ilhas Samoa são exemplos de sociedade em que o gênero não acompanha o sexo genital. Em muitas dessas culturas, outras categorias de gênero além do binário masculino/feminino têm sido, inclusive, celebradas e veneradas, como fazendo parte de uma ‘ligação direta’ com os deuses. (LANZ, 2014, p.39)

O que temos acima é a representação do “corpo sexuado” assumindo o gênero que corresponde a “significados culturais” aceitos por suas sociedades e a “distinção sexo/gênero” sendo “levada a seu limite lógico” (BUTLER, 2006, p.24).

2.2 O “ISMO” COMO SUFIXO PATOLOGIZANTE

Harry Benjamin em seu artigo “Travestismo e transexualismo”⁴ utiliza o termo transexualismo para substituir expressões como “travestismo genuíno”, “inversão de papel sexual”, “eonismo”⁵ ou “contra-sexismo”⁶. O termo derivado do latim *transsexualis* usado pelo doutor Cauldwell⁷ em seus estudos sobre psicopatias transexuais permite a Benjamin criar literalmente o sujeito “transexual” e o “transexualismo”, o sufixo “ismo” acrescentado ao termo em “transexualis” é usado desde o século XIX para se referir a “distúrbios”, “problemas” ou “doenças ligadas à sexualidade” (LEITE Jr., 2012, p.108; p.140; BENTO, 2006, p.40; BENTO, 2008, p.96). “O sufixo “ismo” é denotativo de condutas sexuais perversas” e completamente agressivo devido a “lógica da patologização” que carrega. Os discursos produzidos pelo saber médico permitem que as características que definem o transexual sejam universalizadas. Esse saber médico dita

⁴ BENJAMIN, Harry. Transvestism and transsexualism. **JAMA**, v. 199, n. 2, p. 136-136, 1967.

⁵ ELLIS, Havelock. **Inversão Sexual**. INDEX ebooks, 2013.

⁶ MONEY, John. **Os papéis sexuais**. Brasiliense, 1981.

⁷ CAULDWELL, David O. Psychopathia transsexualis. **The transgender studies reader**, p. 40-44, 2006.

os “padrões para avaliação da verdade” criando estruturas hierárquicas excluídas (BENTO, 2006, p.44-45). A especificidade do conceito cria uma rede de significados que identificam o transexual patologicamente, reiterando o sentido que coloca o termo como sinônimo de doença afirmando um discurso de verdade que é popularizado e reproduzido.

2.3 A PATOLOGIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS

No fim do século XVIII uma “pequena família afetiva” aparece como grande afirmador do discurso médico sobre a sexualidade. A família é concluda a proteger seus filhos dos males da masturbação evoluindo para uma vigilância severa sobre o comportamento dos corpos. A masturbação que antes era considerada uma ação imoral passa para categoria de doença (FOUCAULT, 2001, p.316). O comportamento sexual é patologizado, transformando a sexualidade num

(...) gênero de coisas que só podem ser ditas ao médico. Intensidade física da sexualidade na família, extensão discursiva fora da família e no campo médico. A medicina e que poderá dizer a sexualidade e fazer a sexualidade falar, no mesmo momento em que é a família que a faz aparecer, pois é a família que a vigia. (FOUCAULT, 2001, p.318-319)

Diagnósticos e patologias conceituados nesse período se afirmam no século XIX, quando entre 1845-1850, abre-se à “psiquiatria esse domínio de controle, análise, intervenção” (FOUCAULT, 2001, p.211) dos comportamentos entendidos pelo poder público como passivos de controle por sua suposta anormalidade. O anormal que aqui nos referimos passa a ser classificado diante de um quadro de anomalias geralmente “atravessado pelo problema da sexualidade” (FOUCAULT, 2001, p.211), a anomalia sexual passa a ser o parâmetro identificador de outras anomalias. Essa ligação da psiquiatria com a sexualidade interfere num discurso de verdade que imprime nos corpos anormalidades.

O dizer sobre e a revelação da sexualidade é institucionalizado e a psiquiatria, a psicanálise e a sexologia passam a dominar o discurso sobre a sexualidade (FOUCAULT, 2001, p.214). A força desse discurso ainda permeia o entendimento sobre as sexualidades. Atualmente o que vemos é um discurso

sobre sexualidade que é argumentado ou na perspectiva moral ou na perspectiva patológica conforme a conveniência.

2.4 O CORPO TRANSEXUAL

A tutela do corpo transexual sob a égide da medicina afasta a transexualidade do campo moral, onde a perversão nomeia uma falha de caráter, para a instância das diagnoses, onde o transexual deixa de ser devasso e pervertido para ser tratado como doente e qualificado como portador de um transtorno de gênero. A medicalização do corpo transexual é vista por alguns como empecilho para que a identidade de gênero do cidadão transexual seja reconhecida (DIAS, 2014, p.13). Os primeiros artigos sobre o “fenômeno transexual” surgem por volta dos anos de 1950. Em seu livro com o mesmo título, publicado em 1966, Harry Benjamin, como endocrinologista, oferece as bases de diagnósticos para identificar o “verdadeiro transexual” observando a diferenciação entre pessoas transexuais e às homossexualidades, acentuando a questão do discurso transexual pautada na rejeição ao sexo biológico, reforçando seu pensamento em defesa da cirurgia de “transgenitalização como a única alternativa terapêutica possível para as pessoas transexuais”. A medicalização da identidade pressupõe a genitализação das identidades (BENTO, 2006, p.43; BENTO, 2008, p. 77;78;96; BENTO, 2012, p.570) que se baseia no modelo binário de gênero tradicional mulher-vagina, homem-pênis.

O corpo transexual seria um corpo que se obriga a se encaixar no gênero biológico oposto para ser reconhecido em sua identidade ou essa foi uma saída imposta? As pessoas que se autodenominam transexuais têm a mesma opinião sobre a cirurgia de transgenitalização como forma de serem reconhecidos como mulheres? Essas questões não são relevantes para os que se reconhecem como “normais” e continuam a interpretar esses corpos como “anormais”, “aberrações”, “coisas esquisitas”, mas elas são importantes para uma leitura subjetiva que dá sentido à própria existência do transexual como sujeito, afirmando aquilo que ele não é. Esta subjetividade tem uma profunda relação com a forma que o sujeito vive individualmente o gênero, sendo esse gênero não

estático, suas “experiências identitárias negociam e transitam na ordem de gênero” (BENTO, 2008, p.76).

A busca pelo reconhecimento de ser “homem/mulher de verdade” (BENTO, 2008, p.77) leva o transexual a passar por um processo de identificação que atravessa o modo de agir e reprodução dos atos para que o sujeito possa se sentir legitimamente posicionado na ordem de gênero e seja aceito socialmente, quando essas expectativas não são alcançadas as normas de gênero se desorganizam, gerando violência física e simbólica simplesmente para que esses sujeitos se encaixem no que se reconhece por humanamente normal.

A “performance de gênero” trabalha a favor de uma ordem “heterossexual” de controle das “possíveis sexualidades desviantes”, subjugando o sujeito a uma reprodução de comportamento pautado no gênero biológico/binário, ou seja, masculino/feminino aceito pela sociedade. Tanto o mecanismo de “naturalização das identidades” quanto o de “patologização” produzem margens onde os seres abjetos são obrigados a se localizar (BENTO, 2012, p.2657). Isso reforça a ideia de que

Não existe uma “identidade trans”, mas posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um/a homem/mulher de “verdade”. Não há identidade sexual típico para as pessoas trans. Suas sexualidades são feitas do mesmo material que as outras experiências: interdição, desejo, rebeldia, sofrimento, alegria (BENTO, 2012, p.2663).

Como afirma Bento (2012, p. 2657), assim como o gênero, o sexo está inscrito nessa ordem: O “sexo é uma das normas pelas quais o “alguém” se torna viável, que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade”. A completude corpórea do sujeito que carrega o gênero e o sexo em sua materialidade deve ser analisada com certo cuidado, pois se fizermos uma descrição estática, baseada no modelo biológico/binário estaremos ignorando sua existência “como efeito de um poder” (BENTO, 2012, p.2657). Esse poder preza por uma “ordem social” e utiliza a norma como mecanismo delimitador das ações dos sujeitos, a norma ao mesmo tempo que normaliza o comportamento, estabelece o que é anormal, “é a norma que cria a infração da norma; se a norma é

extinta, deixa de haver infração” (LANZ, 2012, p.24), o que podemos constatar é que

Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido e adquirir vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico.” (BENTO, 2012, p.2657).

O saber médico e o seu poder de conceituar o corpo transexual é impulsionado após a Segunda Guerra. Desde a década de 1950 a medicina começa a se adaptar aos problemas de mutilação que ocorreram na Segunda Guerra (DIAS, 2014, p.11) e toda uma tecnologia de “implantes, transplantes, enxertos, próteses” (HARAWAY, 2000, p.12) começam a se desenvolver. Ao mesmo tempo, em consequência da guerra, uma mentalidade de que as “condutas humanas deveriam ser explicadas por meio de fatores biológicos” se desmonta, e a medicina endocrinológica passa a ser acionada pelos transexuais que buscavam uma dosagem hormonal.

Em 1952, Christian Hamburger, endocrinologista dinamarquês que fazia pesquisas com hormônios, foi procurado por um soldado norte-americano chamado George Jorgensen (CASTEL, 2001, p.96), que inventando que era “intersex”, convenceu Hamburger e sua equipe a retirar “sua genitália”. A falta de conhecimento sobre a questão transexual e as “características femininas” do soldado, devido ao uso constante de hormônios durante anos, “enganou a equipe” (DIAS, 2014, p.12). Esses casos nos chamam a atenção para o fato de que quanto esse corpo transexual foi submetido ao crivo da medicina, principalmente nos campos da medicina endocrinológica e psi, o que justifica como o discurso de correção/adequação do sexo ganhou força e notoriedade dentro das discussões sobre transexualidade.

Quando esse saber médico constrói todo um diagnóstico para dizer quem é transexual ou não, o que é legítimo na pluralidade é apagado, pois essas qualificações buscam “encontrar o/a verdadeiro/a transexual” por meio de “um conjunto de regras” consubstanciais cheias de “pressuposições e suposições sobre os atos” adequados e não adequados ao comportamento transexual aplica-

das nos protocolos como parâmetros para definir o sujeito entendido como verdadeiro transexual (BENTO, 2006, p.47). Esse saber médico constrói esse corpo transexual e faz dele um objeto de uma economia cada vez mais lucrativa.

2.5 CRIAÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL

O sujeito transexual, seja ele na transição homem para mulher ou mulher para homem, não surge do dia para noite, ele é construído historicamente através de várias convenções normativas geradas pelas diversas instituições que constituem as sociedades. Desde as civilizações mais antigas a sexualidade é tratada das mais diversas formas, e para entendermos como surge a ideia do sujeito transexual precisamos conhecer alguns modelos que influenciaram na leitura que temos atualmente desse sujeito. Como o termo transexualidade é muito recente, usado na escrita acadêmica médica a partir da década de 1950, só mais recentemente é usado com mais abertura por outras ciências, principalmente a sociológica. O termo homossexualidade ou sujeito homossexual é um termo mais antigo, criado no século XIX e usado como termo padrão para definir todas as sexualidades que se encontrassem fora do modelo binário masculino/feminino que fossem historicamente citadas. Por isso em alguns textos que usamos para a nossa análise esse termo vai aparecer com certa frequência para definir fêmeas que têm atração por fêmeas e machos que têm atração por outros machos (LANZ, 2014, p.312).

Encontramos dentre os mitos da cultura grega antiga o mito da alma gêmea, também conhecido como mito dos homens esféricos e mito do Andrógino. Esse mito propõe uma natureza primitiva que determina e justifica a busca do ser humano por um parceiro ideal, que possa completá-lo diante de sua incompletude. Esse mito nos ajuda refletir sobre o fato de nossa espécie desde o início ter registro de possibilidades sexuais muito mais amplas, além da lógica binária masculina e feminina que tradicionalmente nos é ensinada. Essa lógica permeia nosso modo de pensar e viver nos condicionando a descartar outras possibilidades de experiências identitárias para além do modelo de gênero binário ou simplesmente nem pensar que elas existam.

No texto “O banquete” de Platão escrito em 380 A.C encontramos um mito, que aqui vou chamar de Mito da Alma Gêmea. Platão nos oferece uma reflexão do que seria o amor, diante da diversidade de relações que já existiam em seu tempo. Ao descrever “O banquete” Platão nos apresenta Aristófanes e seus amigos que em um determinado momento, já afetados pela euforia do vinho, começam a enumerar os atributos de Eros, o Deus do amor. Cada um dos convidados passa a ponderar suas opiniões sobre o tema, deixando Aristófanes incomodado com a indiferença dos amigos para com o “poder milagroso de Eros”. Aristófanes convida seus amigos a conhecer a história da natureza humana e passa a relatar de forma detalhada, o “mito da natureza primitiva”, onde a unidade era “um duplo humano” (PLATÃO, 1972, p.61).

Aristófanes descreve que a nossa “natureza primitiva” era totalmente diferente da atual, pois “compreendia três sexos e não dois”. Nessa “natureza primitiva” os gêneros eram “compostos, duplos, geminados”. Um gênero comum era composto do macho e da fêmea sendo nomeado como andrógino⁸, outro de macho e macho, e um terceiro de fêmea e fêmea. Para comportar os dois gêneros seus corpos tinham uma forma arredondada, como um duplo costurado pela lateral de seu corpo fechado em círculo, todos os seus membros também eram duplos, possuindo quatro mãos, quatro pés, dois rostos, quatro orelhas e dois genitais. Seus órgãos vitais também eram duplos.

Esses seres se moviam em “qualquer direção”, mas desengonçados, quando tentavam correr em velocidade se atrapalhavam e “viravam em cambalhotas”. Suas formas faziam uma alusão ao Sol, a Terra e a Lua, dos quais o “gênero masculino primitivo descendia do Sol”, “o feminino da Terra e o que reunia os dois gêneros em si mesmo descendia da Lua e do Sol”, a forma de seus corpos e seu deslocamento se assemelhava a “seus genitores”, vigorosos e arrogantes eram terrivelmente fortes (PLATÃO, 1972, p.61) e resolveram desafiar os deuses escalando o céu. “Zeus e seus companheiros” se irritam e decidem destruí-los, mas chegam a conclusão que se os destruíssem não teriam mais

⁸ LIBIS, Jean. **El mito del andrógino**. Siruela, 2001. “O andrógino aparece como aquele que acumula duas capacidades hedonistas específicas. Ele é o que penetra o enigma do “outro sexo” e obtém dele um privilégio inaudito.” (tradução livre)

adoradores, Zeus acha uma solução para enfraquecê-los, separa a cada um deles em dois (PLATÃO, 1972, p.64) enquanto Apolo costura seus corpos fechando no umbigo.

Divididos e enfraquecidos esses seres morriam de fome por não conseguirem realizar nada sozinhos. Vendo Zeus que não conseguiam sobreviver nem se reproduzir, tratou de mudar a posição de suas genitálias para a frente facilitando assim o contato para reprodução. Os corpos funcionavam dentro de uma lógica “na conexão dos corpos”. A união de homem e mulher possibilitaria a “geração de descendência formando uma família”. Quando a união fosse entre dois homens eles se ocupariam ao trabalho. Se o enlace fosse de duas mulheres elas cuidariam de outras “ocupações do dia a dia” (PLATÃO, 1972, p.65). Aristóteles tenta explicar a seus amigos que Eros, o deus do amor, busca restabelecer essas relações atraindo um ao outro para restaurar a antiga natureza, fazendo de dois um só aliviando as dores da natureza humana que faz de cada um de nós a metade complementar de outro (PLATÃO, 1972, p.67).

Paul Veyne (1986), esclarecendo a concepção da sexualidade adotada pela cultura romana, acentua que na antiguidade pagã não havia diferença em amar um rapaz ou uma mulher, pois existia uma equivalência entre os dois. Os pagãos não viam a homossexualidade como um problema, a reprovação se dava a partir do momento em que a homossexualidade passiva fosse adotada pelo senhor (cidadão). Conforme Veyne haviam algumas circunstâncias onde a homossexualidade em Roma era praticada e as relações se davam com certa liberdade amorosa ou conjugalidade.

Era tolerado um homem livre (cidadão) penetrar seu escravo, mas não o contrário, que seria considerado um ato monstruoso (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.39), um ato de desprezo do escravo pelo seu senhor. Veyne ressalta duas posições que eram assumidas diante da prática da homofilia - termo mais antigo usado para designar a homossexualidade - a maioria tolerante achava normal a prática da homofilia enquanto na opinião dos moralistas políticos era um ato artificial, não natural. Veyne observa que a bestialidade, a necrofilia e as uniões com as divindades eram entendidas como contrárias à natureza, por não estarem de acordo com as normas sociais (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.40).

Os pensadores políticos da época viam as paixões amorosas como um “enfraquecedor do cidadão-soldado”.

Para entendermos melhor o poder das normas iremos analisar a sociedade romana da antiguidade. Na sociedade romana o que era considerado natural era o que estava dentro dos parâmetros legais da norma vigente. Segundo Paul Veyne pensadores políticos como Artemidoro distinguiam as relações sexuais conforme os parâmetros legais instituídos pelas normas (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.43). As ações consideradas antinaturais, eram aquelas que transgrediam as normas que obedeciam a critérios pré-estabelecidos. O transgressor era aquele que praticava atos de bestialidade⁹, necrofilia¹⁰, e mantinha uniões com as divindades.

As práticas sexuais do cidadão romano se mantinham articuladas dentro de um perímetro permissivo delimitado pelas normas. Para o cidadão romano, as relações sexuais com sujeitos do sexo masculino na condição de escravo eram tão comuns quanto os casos de “amor com as cortesãs ou as ligações extraconjugais” (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.40), mas essa relação estava submetida ao julgamento se por acaso ele se deixasse penetrar por seu escravo, pois denotaria desprezo, humilhação. A passividade do homem adulto e livre era considerada desprezível por sua falta de pudor (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.43).

Os romanos rejeitavam o “homófilo passivo” não por sua homofilia, mas por sua postura passiva que demonstrava sua falta de virilidade ou lascívia, considerada um “defeito moral” e político gravíssimo, a questão do desvio sexual pouco importava aos romanos, o que era observado era se a virilidade era traída pelos gestos, trajes, modo de falar, de andar, pouco importava as preferências sexuais (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.44) dos homens. Mas em relação a mulher isso não era visto da mesma forma, a mulher deveria ser frágil e estar sempre a serviço do homem (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.45), a homofilia feminina era tratada como monstruosidade (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.47).

⁹ Relações sexuais com animais

¹⁰ Uso de cadáver como objeto sexual

As paixões amorosas de uma forma geral eram consideradas práticas que enfraqueciam e subjugavam o cidadão-soldado ao prazer. Platão, um desses pensadores políticos da época, considerava a sodomização um gesto libertino e pouco natural, ele era a favor da supressão de toda paixão que não estivesse relacionada a reprodução. Platão não considerava o cidadão que praticava sexo com outro homem algo contra a natureza, mas considerava suas ações arbitrárias. Para ele esse cidadão era um libertino submetido ao instinto universal do prazer.

Na sociedade romana, o coito anal¹¹, tanto praticado com homens ou com mulheres, era considerada apenas um ato libertino e a relação sexual entre homens era uma prática ativa dos que eram propensos aos rapazes. Estes eram tão numerosos quanto os que preferiam as mulheres. Esses aspectos comportamentais, como observa Veyne, expressa muito sobre a natureza supostamente fixa e natural da sexualidade humana (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.41).

Artemidoro em seu livro “A chave dos sonhos”, nos apresenta uma exposição das diferentes formas possíveis de atos sexuais. Esses não estão voltados para reflexão ou prescrição moral, sendo simplesmente uma referência da vida prática e cotidiana de sua época, não estabelecendo julgamentos morais a respeito desses atos (FOUCAULT, 1985, p.13). Isso nos ajuda a entender a perspectiva que se tinha das sexualidades como prática da vida cotidiana, e como as normas são estabelecidas de acordo com o que a sociedade entende como aceitável ou não dentro de suas práticas usuais variando entre as diferentes sociedades e dentro da mesma sociedade, com o tempo.

Na sociedade romana, essas práticas eram entendidas como paixões amorosas e estavam firmadas sobre pontos de referência muito diferentes dos nossos, liberdade amorosa ou conjugalidade exclusiva, atividade ou passividade, homem livre ou escravo (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.39). A prática sexual do cidadão romano que gostava de rapazes não importava, até porque o homem da antiguidade entendia como natural o que estivesse de acordo com as regras sociais, só as relações que infringiam à norma eram consideradas incestuosas, contrárias à natureza (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.40).

¹¹ Termo usado para se referir ao ato sexual realizado tanto com homens quanto com mulheres.

Mas a relação sexual entre homens não era uma prática exclusiva dos romanos, os gregos praticavam-na da mesma forma, atuando com mais permissividade que os romanos. De acordo com Veyne (VEYNE *apud* ÁRIES, 1986, p. 42) não foi por influência dos gregos que os romanos adotaram essa prática. Antes da “grecomania” há indícios que podem ser vistos no teatro de Plauto, um antigo monumento da literatura latina onde observa-se alusões a esse tipo de ato, no próprio “calendário do Estado romano o dia vinte e cinco de Abril marca a data da festa dos prostitutos masculinos”.

A chamada sexualidade servil ou sexualidade dos escravos, objetos dessa relação, parece reproduzir uma afirmação da dominação simbolizada pela penetração dos inimigos para marcar seu triunfo sobre eles (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.42), ser penetrador era um ato que demonstrava poder subjugador, por isso entendido pelos romanos como tolerável.

Na Antiguidade Clássica a homossexualidade não aparece em oposição a heterossexualidade, o que podemos observar é uma liberdade de trânsito nas sexualidades desconectada dos determinismos biológicos caracterizando uma bissexualidade ativa (VEYNE *apud* ARIÈS, 1986, p.80). Com o passar do tempo, as práticas homossexuais continuaram a ser consideradas contra a natureza, mas com o pano de fundo do cristianismo que passou a condenar as práticas sexuais que não fossem com o objetivo de reprodução.

2.6 A MORALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE PELO CRISTIANISMO

No século I o apóstolo Paulo, que é considerado um dos pais da Igreja Católica, desenvolveu toda uma Teologia que é um dos fundamentos da dogmática atual. Paulo enumera uma longa “lista de pecados” que vão sustentar todo conceito de “moral cristã” na qual “o lugar ocupado pela sexualidade” nos chama a atenção. Essa lista de pecados pode ser observada em sua 1 Coríntios 6:9-10 e 1 Timóteo 1:9-10. Nessas cartas os pecados aparecem divididos “em cinco grandes categorias”. As categorias estão divididas em “pecados contra Deus”, “pecados contra a vida do homem”, “contra seu corpo”, “contra os bens e as coisas” e o pecado da “palavra” que se referem ao falar, proferir (ARIÈS, 1986, p.50).

A teologia de Paulo nos apresenta um corpo santo e profano ao mesmo tempo, a pureza e a impureza coabitam num mesmo espaço de massa corpórea, onde o profano e impuro precisam ser controlados. Os pecados que se referem ao corpo é o ponto que nos interessa nessa exposição, por isso vamos buscar entender como foram especificados. Ariès (1986) aponta que o apóstolo Paulo considera o corpo “como templo do Espírito de Deus”, e por isso lugar onde a vontade da carne deve ser reprimida, o autor observa que o que antigamente era conhecido como pecado da carne, hoje chamamos delitos de ordem sexual.

É bom que entendamos que o “pecado contra seu corpo”, na visão de Paulo se refere ao pecado no qual nosso corpo está envolvido, portanto é o que afeta nossa vida sexual. Para a moral cristã, como o espírito está preso ao corpo, os prazeres carnis o impedem de se elevar até a Deus (FLANDRIN *apud* ARIÈS, 1986, p.135).

Essa categoria “está dividida em quatro subgrupos” organizados da seguinte maneira: os prostituídos (que praticam a fornicação), os adúlteros (que seduzem e são seduzidos pela mulher do outro) e os “molles”, que seriam os homens sexualmente passivos (ARIÈS, 1986, p.50), lembrando que essa última categoria era considerada inaceitável na sociedade romana, não nos surpreende Paulo como um romano que era condenar tal atitude. A partir da categorização dos pecados enumerados por Paulo “a homossexualidade, difundida no mundo helenístico, antes considerada normal, torna-se um ato abominável e proibido” (ARIÈS, 1986, p.52).

Com a sociedade cristã ganhando forças a partir do século II, as “sociedades ocidentais” passam a organizar um “novo sistema sexual”. Ariès (1986) atenta para o fato de “Veyne e Foucault” definirem “três pilares” que sustentam esse novo sistema: as atitudes diante da homossexualidade, do casamento e da *mollities* (grifo do autor). A homossexualidade feminina não é colocada em questão na teologia de Paulo.

O que Paulo propõe, na sua urgência pela volta iminente do Cristo, é uma supressão dos prazeres da carne considerados de ordem pagã e externa ao ser, o que vai permear a filosofia cristã até nossos dias, como forma de purificação, para que o corpo se eleve espiritualmente. Isso tudo faz parte de um

processo de transição do paganismo para o cristianismo que pode ser observado nos apontamentos de Foucault (1998) nos quais ele se refere a uma “evolução” que se dará lentamente, mas não por meio de uma “interiorização progressiva da regra, do ato e da falta”, mas será possível devido a uma reestruturação na relação do sujeito com ele mesmo e no aperfeiçoamento de práticas e técnicas nas “ quais essa relação se apoiava” (FOUCAULT, 1998, p.60).

A partir de uma interioridade da moral cristã que se opõe a uma exterioridade de uma moral pagã efetivada no campo do que é visível, enquanto que

O que se chama interioridade cristã é um modo particular de relação consigo que comporta formas precisas de atenção, de suspeita, de decifração, de verbalização, de confissão, de auto-acusação, de luta contra as tentações, de renúncia, de combate espiritual [...] (FOUCAULT, 1998, p.60).

O cristianismo se ocupa em desenvolver uma moral sexual rigorosa que aprimorada ao longo dos anos se mantém até hoje (ARIÈS, 1986, p.80). A criminalização da homossexualidade passou por vários estágios onde foram desenvolvidas punições com os mais requintados estilos de maldade possíveis, a homossexualidade foi sempre vinculada aos crimes, entendidos pelas leis como, mais terríveis. O cristianismo foi se especializando em combater as práticas homossexuais, tanto é que

A legislação penal contra as práticas homossexuais no Ocidente, incluindo a pena de morte, data do fim do Império Romano e da Alta Idade Média: leis de Constantino e Teodósio, Código justiniano no século VI, leis visigóticas no século VII. Mas os especialistas na história do homossexualismo são unânimes em considerar essa legislação episódica e inócua, ainda que justificada pela moral austera do cristianismo em ascensão. A era das perseguições, a má sorte dos praticantes da sodomia viria somente a partir do século XI, estimulada por uma Igreja fortalecida pela Reforma Gregoriana e, ainda, pelas monarquias feudais em processo de expansão. (VAINFAS, 2011, p.202)

A Igreja sempre associou a homossexualidade e as práticas sexuais contra a natureza com o “comportamento dos homens de Sodoma na Bíblia” (ARIÈS, 1986, p.80). O que parece uma questão interpretativa, pois os pecados de Sodoma se referem a práticas bem específicas. No livro de Gênesis 19:1-14, vemos a história de Sodoma, os moradores dessa cidade eram praticantes de

injustiças¹², como podemos ver que no versículo quatro relata que “todos os homens de toda parte da cidade de Sodoma, dos mais jovens aos mais velhos” chegaram até a casa de Ló e perguntaram: “Onde estão os homens que vieram à sua casa esta noite? Traga-os para nós aqui fora para que tenhamos relações com eles”.

Não se vê falar aqui de efeminados praticando tal violência, aqui fala-se de homens heterossexuais, e os seus pecados podemos ver especificados no Livro de Ezequiel 16:48: “Ora, este foi o pecado de sua irmã Sodoma: Ela e suas filhas eram arrogantes, tinham fartura de comida e viviam despreocupadas; não ajudavam os pobres e os necessitados.” (SAGRADA, 2014). Parece que a lista de sodomitas é bem maior do que até então havíamos pensado, suas práticas sugerem que todas as pessoas independentes de qualquer tipo de marcador social, que cometam tais práticas sejam denominadas de tal forma.

2.6.1 A procriação como fim para o ato sexual

Na “visão naturalista” defendida pelo “pensamento filosófico cristão”, a “sexualidade o gênero” fazem parte de uma “lei natural” entendidas como divinas e seu fim é a reprodução (CAMERINO, 2015, p.105). Segundo a moral cristã, assim como é preciso “comer para viver”, se evitando os “prazeres da gula”, o sexo deve ser praticado simplesmente para “gerar filhos” se evitando a entrega aos prazeres sexuais, pois a sexualidade tem um único fim que é a procriação.

A prática do sexo sem a finalidade da procriação era considerada um pecado, no século XIII o casamento passa a ser o remédio de Deus que retirava o sexo da condição de pecado (FLANDRIN *apud* ARIÈS, 1986, p.135-137). No século XVIII o erotismo entra no casamento, o amor- paixão estimula o casamento por amor (ARIÈS, 1986, p.160-161).

¹² C.f. <http://www.robertosoares.com/os-pecados-de-sodoma-e-gomorra/>

2.7 A NORMA COMO ARTIFÍCIO SOCIAL REGULADOR

Como vimos anteriormente, na cultura romana o que era considerado antinatural era o que não estava de acordo com as normas sociais vigentes. Então podemos considerar que a norma é um artifício social de dominação que tem o poder de inventar transgressões, anormalidades, criminalidades e verdades absolutas que nunca foram ou existiram. A história das sociedades descritas por historiadores, antropólogos, cientistas sociais e por demais estudiosos, nos contam uma história onde os costumes e as normas que regem tais sociedades são descritos em suas mais variadas formas. A vida pública e a privada são cuidadosamente investigadas e descritas com a ajuda de documentos, artefatos e relatos. Nesse contexto aparece a sexualidade, muitas vezes ocultada, velada e silenciada em algumas culturas e revelada, compartilhada, assunto público em outras.

A sexualidade nas sociedades está ligada ao que é humano e natural, no humano ela aparece como essência do que se é, e ao que se refere ao natural ela adquire a forma do que é moldado pelas normas. A norma inventa tradições e padrões, a norma faz com que acreditemos no que ela diz que somos, ela moraliza e desmoraliza, a norma nos engessa e paralisa pelo medo de transgredi-la. A norma se materializa na forma de leis, que o poder público impõe a sociedade, os dogmas religiosos que se impõem aos crentes, as linguagens artísticas também produzem normas, e até as regras familiares que tradicionalmente se colocam sobre os seus integrantes.

Essa questão se mostra nítida quando analisamos as culturas não ocidentais que se regulam por meio de normas totalmente diferentes de acordo com suas concepções éticas e morais. A seguir trazemos o exemplo de sociedades da região dos Andes na América do Sul que não possuíam tradições alicerçadas em princípios cristãos, e cujos costumes e práticas sexuais seguiam suas próprias normas sociais.

A exemplo da sociedade romana, a sexualidade dos povos além-mar, além dos mares do Sul, nas terras altas e baixas do continente sul-americano as sexualidades se manifestavam com muito mais liberdade do que se imaginava.

Até a chegada dos espanhóis e portugueses como colonizadores acompanhados das Missões nos finais século XV, os que por aqui viviam tinham suas próprias regras e costumes acerca de suas sexualidades.

No Brasil “os habitantes nus [...] causaram profundo desalento aos jesuítas” (VAINFAS, 2010, p.47). Mas a nudez era apenas um detalhe diante da total liberdade na qual os nativos viviam, os jesuítas os avaliavam segundo as suas regras, bestializando e “demonizando a cada um deles por atos que os tais consideravam promíscuos, principalmente os pecados nefandos” (VAINFAS, 2010, p.47), que se referiam a sodomia e práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Mas as referências que temos sobre práticas sexuais diversas nas culturas latinas não param por aí. Luiz Mott (1997) nos oferece a oportunidade de entender que os padrões heteronormativos impostos como tradicionais em nossa cultura, não eram os padrões vividos pelos nativos de nossas terras antes do século XV.

A relação fora do padrão heteronormativo aparecem em outras culturas latinas como nos apresenta Mott (1997) em seus estudos que tratam sobre a “historia y la antropología de la homosexualidad en América Latina. Reuniendo informaciones bibliográficas de difícil acceso”, ao escrever esse artigo o autor sabia, que em sua época, havia uma dificuldade em se abordar esse tema, até então irrelevante devido a todo preconceito existente sobre estudos que abordem amor e erotismo como objeto de estudo, pois são considerados temas marginais e de menos importância no meio universitário (MOTT, 1997, p.124).

Devemos levar em conta que desde que esse artigo foi publicado muitas coisas mudaram dentro do contexto acadêmico, hoje temos acesso à vários artigos e disciplinas desenvolvidos pelas academias que se preocupam em discutir o tema com muita responsabilidade, mas ainda temos que avançar muito em nossas pesquisas para que o tema possa ser melhor trabalhado.

Em seu trabalho Mott (1997) traz um esboço sobre o homoerotismo nas culturas latinas. Ao se debruçar intelectualmente nesses estudos o autor leva em conta a questão do reconhecimento dos direitos de cidadania que são negados aos homossexuais, além de toda difamação que sofrem “en la mayor parte de nuestros países, inclusive dentro de las propias universidades” (MOTT, 1997, p.124).

A análise feita por Mott está dividida em três partes, a saber “La Homosexualidad en la América pré-colombina, La Represión a los Sodomitas en la América Latina Colonial e Gays e Lesbianas Latino-americanos hoy.” (MOTT 1997, p.124), mas nos ateremos a primeira parte a qual nos apresenta a presença de relações sexuais de homens com homens na América pré-colombina. Mott aponta três fontes para estudar as práticas sexuais de homem com homem na América pré-colombina: as esculturas e cerâmicas contendo representações dessas práticas e registros de mitos conservados na memória oral dos nativos por meio de manuscritos tradicionais, assim como também “relatos de los primeros cronistas que entraron en contacto con los amerindios” (MOTT, 1997, p.125).

Mott (1997) relata que na região dos Andes na América do Sul foram encontradas provas arqueológicas da existência das práticas sexuais entre homens antes da chegada dos europeus (MOTT, 1997, p.126). Algumas dessas provas arqueológicas foram preservadas e podem ser observadas em coleções como a da família Larco em sua “célebre colección de cerâmica erótica Mochica” com peças que apresentam data anterior a 1.000 A.D.

Os códigos Maias trazem em de seus manuscritos, acrescenta Mott (MOTT, 1997, p.127), uma divindade hermafrodita considerada “protectora del amor y de la sexualidad no procriativa” cuja representação na forma masculina de um deus que ao mesmo tempo era considerado pai das relações sexuais entre homens e controlava as doenças sexualmente transmissíveis.

Os dois exemplos supracitados nos oferecem uma perspectiva totalmente diferente sobre a questão da sexualidade ao que se refere às relações afetivas dentro das diversas sociedades existentes. Nossa sociedade entende como normal e permitida só as relações que se estabelecem entre um homem e uma mulher, tratando as demais relações como perversão, patologia, obscenidade e abominação. Todas as outras relações possíveis para além da heterossexualidade são consideradas anormais, diante de um padrão heteronormativo, instituída como única forma de se estabelecer as relações afetivas.

De acordo com Ariès (1986) a partir do século VIII o sexual e o não-sexual começam a ser relacionados, abrindo espaço para que o prazer e o desejo fossem colocados em discussão para se explicar a sexualidade. O homossexual que já era tido como perverso, no final do século XVIII passa a ser o

principal objeto de estudo sobre prazer e desejo nas disputas epistemológicas, “se torna um monstro, um anormal” (ARIÈS, 1986, p.81) e a homossexualidade passa a ser definida como uma doença, uma enfermidade que pode ser diagnosticada por um exame clínico. Nessa mesma linha a psicanálise passa a tomar a sexualidade como seu principal elemento de análise (ARIÈS, 1986, p.85).

2.8 A LIBIDO EM FREUD

A psicanálise apresenta a suposição de um “instinto sexual” tratado pela biologia como elemento que estimula as necessidades sexuais no ser humano e nos animais que permite com que esse elemento seja comparado a “fome”, ou seja, algo que foge ao controle humano por ser imprescindível para sua própria existência. Tais suposições fizeram com que a ciência adotasse o termo libido para definir o “instinto sexual”, sendo retirado do termo equivalente em alemão, *Lust* que significa prazer, desejo. Em outras edições vê-se o uso do termo “impulso” substituindo o termo “instinto” (FREUD, 2016, p.20).

A comparação que a psicanálise faz da “fome” com “instinto sexual” pode ser comparada a gula e a fornicação, considerados pela ética sexual cristã excessos. Vistos como vícios “naturais” a gula e a fornicação são inerentes em nós e estariam inscritos em nossos corpos, o que torna difícil o desvincular-se. Esses vícios teriam, segundo uma ética sexual cristã, um vínculo de causalidade devido ao excesso de alimento acender o desejo no corpo (FOUCAULT *apud* ARIÈS, 1986, p.25ss). Essa ideia afasta o ato sexual da sua função procriativa e o coloca na qualidade de consequência da vontade e impulso “natural” estimulado pelo desejo na busca do prazer. Essa ideia de Freud coloca os impulsos sexuais não heterossexuais como algo próprio da espécie humana.

Podemos dizer que a transexualidade recebeu uma herança de entendimento da homossexualidade do século XIX. Nesse período a estratégia usada para tirar a homossexualidade da tutela da “Justiça” foi o de tratar “a homossexualidade como doença, sendo os ativistas políticos e estudiosos do tema na Europa do século XIX” responsáveis por essa articulação. Esse movimento parece tentar minimizar os danos sofridos por uma quantidade considerável de homossexuais que viviam principalmente na “Alemanha unificada” na qual seu

“código civil prussiano” trazia em seu escopo o “Parágrafo anti-homossexual 175”. A medicalização da homossexualidade veio como uma solução para descriminalizar a homossexualidade. O alemão Magnus Hirschfeld foi um dos precursores dessa luta, conhecido como “sexólogo e ativista político [...] um dos fundadores, em 1897, do Comitê Científico-Humanitário da Alemanha, cujo objetivo era defender os direitos dos invertidos e revogar o parágrafo 175 da Lei Alemã”. (Okita & Simões e Facchini *apud* DE MELO, 2017, p.220).

O sujeito “transexual” e o “transexualismo” surgem num campo de disputa epistemológica no qual o endocrinologista Harry Benjamin se destaca. Como médico alemão radicado nos Estados Unidos teve a oportunidade de desenvolver toda uma patologia transexual caracterizada “pelo sentimento intenso de não-pertença ao sexo anatômico” (BENTO, 2006, p.40; LEITE Jr., 2012, p.140). Os estudos de Benjamin se baseavam em suas experiências no tratamento de pacientes que não se identificavam com o sexo biológico. Benjamin não considerava às psicoterapias usadas pelas ciências como, psicologia, psicanálise e psiquiatria, eficientes ao tratamento das “enfermidades daqueles que têm abjeção ao corpo”, para ele as práticas cirúrgicas seriam a solução mais eficazes para essas enfermidades (BENTO, 2006, p.96).

A década de 1950 trouxe aos transexuais a possibilidade dos tratamentos cirúrgicos e hormonais que até hoje são utilizados como afirmadores das identidades trans (CASTEL, 2001, p.77). Quando utilizamos o substantivo possibilidade ao que se refere ao tratamento, estamos pensando justamente nos transexuais que consideram o tratamento hormonal o suficiente “para garantir um sentido de identidade”. Nos conflitos entre o “corpo e a subjetividade” vê-se diversas possibilidades de interpretação de si na “construção de sentidos” que dá ao sujeito a sensação de pertencer a outro gênero (BENTO, 2006, p.44).

Com um fato novo diante de sua formação como médico de sua época, Benjamin naturalmente buscou soluções viáveis para seu tempo de acordo com o entendimento que se tinha sobre o tema, aparentemente em cada tempo histórico a prática de ações e interpretação das coisas estão baseadas em leituras políticos e sociais vigentes. Mas também podemos entender que a solução que ele propõe deve ser confrontada com discussões e análises feitas sobre transexualidades nas últimas décadas. O problema que se enfrenta diante

da dureza que a ciência reproduz por meio dos “batismos conceituais” e que o entendimento de que a conceituação científica ser eficaz e neutra (Austin, 1990, p.24 *apud* BENTO, 2006, p.45) dá a ela a possibilidade de criar um monopólio do discurso da verdade, que torna o processo de releituras conceituais um campo de conflito epistemológico.

Não podemos ignorar que o termo “transexual” foi criado pela ciência médica para identificar as pessoas, de acordo com diagnóstico produzido por ele mesma, com o mais alto grau de “transtorno de identidade de gênero” e que caracteriza o sujeito com aversão a seu sexo biológico de nascimento, não se identificando com seu corpo e com um desejo profundo de fazer a mudança de sexo. O transexual é entendido pela medicina como alguém que tem “um distúrbio de gênero que ocorre quando a identidade de gênero de um indivíduo não corresponde ao seu sexo genital” e esse distúrbio só seria superado por meio de tratamento hormonal e cirurgia de adequação do sexo genital (LANZ, 2014, p.335). Então não podemos ignorar que quando o sujeito se autodenomina transexual ele acaba legitimando esse conceito como um conceito “de verdade”, reproduzindo e afirmando a ideia de doença que está contido no termo.

2.9 HETERONORMATIVIDADE COMO DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

A heteronormatividade é entendida como um conjunto de normas estabelecidas legal e institucionalmente, que fazem da heterossexualidade modelo único das relações sexuais e afetivas humanas, ela foi construída como base “conceitual ideológica” que dita as regras de “relacionamento humano” de forma compulsória¹³. Essa heterossexualidade detém “o status e o monopólio da normalidade” excluindo todos os sujeitos que tenham comportamento diferente do “considerado biologicamente natural”. Estamos aqui diante de um modelo heteronormativo que fundamenta a naturalização de um “determinismo biológico” que exclui todas as outras formas de naturezas sexuais possíveis “e faz com que

¹³ O termo “compulsória” se refere a heterossexualidade descrita com detalhes por Butler em seu livro BUTLER, Judith; AGUIAR, Renato. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003, p.39.

todos os demais tipos de sexualidade humana sejam considerados anti-naturais e sócio-desviantes” (LANZ, 2014, p.311).

O conceito de heteronormatividade aparece como argumento de dominação simbólica a partir do momento em que a homossexualidade começa a perder a conotação de crime e patologia. Freitas (2013) esclarece, de acordo com Miskolci¹⁴, que o conceito de heteronormatividade foi criado por Michael Warner em 1991 para “designar uma alteração histórica provocada pela descriminalização e despatologização da homossexualidade”. Nesse momento a heteronormatividade passa a identificar “um deslocamento no mecanismo de poder”, no qual o comportamento “de gays, lésbicas” passam a ser submetidos a um controle “não mais para que se tornem heterossexuais, mas com o objetivo de que vivam como eles”. A heteronormatividade tornasse então, um mecanismo de dominação simbólico sofisticado e compulsório (FREITAS, 2013, p.60). O modelo de dominação no qual estamos nos referindo está carregado do que Butler chama de “heterossexualidade compulsória”, esse conceito cria uma relação entre a “ordem social e a ordem sexual”, pois como “padrão normativo” rege todas as relações sociais enquanto “relações heterossexuais” entendidas como “naturais e legítimas”. (Butler, 2010, p.38 *apud* FREITAS, 2013, p.60). É interessante observarmos que com a “descriminalização e despatologização da homossexualidade” houve uma fragmentação do sentido. Na verdade

o que assistimos em seguida foi a uma verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando comportamentos a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais. A patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementaridade dos sexos, quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros. (BENTO, 2012, p.572)

¹⁴ C.f. nota de rodapé. In.: FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. **Identidade Sexual de mulheres que se relacionam com mulheres em Ilhéus e Itabuna-BA**- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes, 2013, p.60.

Essa tendência é confirmada na “terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM), publicado pela Associação Psiquiátrica Americana em 1980”. O texto substitui o Homossexualismo que antes era entendido como fazendo parte da “extinta categoria Desvios sexuais” por duas categorias distintas: “Transtornos psicosexuais” que se aplicam às “Disfunções sexuais” como as “Parafilias e o fetichismo transvéstico e os Transtornos da identidade de gênero” que tratam separadamente dos transtornos em crianças, adolescentes, adultos e “Transtornos da identidade de gênero sem outra especificação”. Nesse período as “teorias psiquiátricas sobre sexualidade” estavam começando a elaborar “distinções conceituais específicas sobre sexo, gênero, identidade e desejo sexual” (LEITE Jr., 2012, p.182).

2.10 A DESPATOLOGIZAÇÃO

Atualmente “ativistas trans” vêm se mobilizando para que a transexualidade seja retirada “do rol das doenças identificáveis como transtornos mentais”. Uma campanha internacional foi promovida a partir de 2012 (BENTO, 2012, p.569), mas Desde 2009, a Campanha *Stop Trans Pathologization* promove o “Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans” no mês de Outubro. Até o momento “417 grupos e redes de ativistas, instituições públicas e organizações políticas de África, América Latina, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania” aderiram ao movimento¹⁵. Esse movimento demonstra a insatisfação de uma quantidade razoável de pessoas que se autodenominam trans com a imposição médico/jurídica de um processo criado para que esses sujeitos sejam aceitos socialmente como transexuais de verdade. As pessoas que se autodenominam trans são submetidas a uma série de avaliações psicológicas, psicanalíticas e psiquiátricas para provarem ser o que realmente são, num cansativo e esgotante processo de reafirmação de sua própria identidade. Para diagnosticar a transexualidade é necessária uma “exaustiva avaliação” que obriga a transexual fazer um doloroso e desgastante histórico do caso, “testes psicológicos e sessões de terapias” (BENTO, 2006, p.47).

¹⁵ <http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>

Como já nos referimos anteriormente, o endocrinologista alemão Harry Benjamin estabeleceu um quadro diagnóstico que justificariam a diferença das “pessoas transexuais em relação às homossexualidades”, acentuando a frequência em que as pessoas transexuais demonstravam uma rejeição categórica a sua genitália (BENTO, 2012, p.570; BENTO, 2006, p.40; LEITE Jr., 2012, p.140), apontando e estabelecendo uma série de critérios entendidos por ele como científicos, por meio desses critérios Benjamin cria um quadro diagnóstico que define um “transexual de verdade” tornando-o apto a passar pela cirurgia de transgenitalização (BENTO, 2012, p.570). Alguns profissionais da psicologia, psiquiatria e psicanálise não concordavam com o procedimento cirúrgico por o considerarem um ato de mutilação, enquanto Benjamin via as psicoterapias como inúteis para o “transexual de verdade”. Os procedimentos cirúrgicos de transgenitalização ganharam um espaço considerável ao longo da década de 1960 e 1970 juntamente com a produção de indicadores que pudessem confirmar a diferenciar transexuais dos demais. (BENTO, 2012, p.571).

2.11 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE

O mundo acadêmico e o campo dos ativismos políticos não conseguem chegar a um consenso sobre o que é gênero, as disputas teóricas acabam conduzindo às políticas públicas a fazerem leituras biológicas das identidades (BENTO, 2012, p.2656) colocando o corpo sob a tutelas de várias instituições sociais, por isso, as discussões sobre o tema da transexualidade se dão mais frequentemente no espaço acadêmico e hospitalar.

O “primeiro congresso da Associação Harry Benjamin” foi realizado em Londres no ano de 1969. Posteriormente em 1977, essa associação passou a se chamar Harry Benjamin *International Gender Dysphoria Association* marcando assim a transexualidade como “disforia de gênero”, atualmente esta associação é conhecida como *World Professional Association for Transgender Health* (*WPATH*). Essa associação é responsável por publicações regulares sobre o *Standards of Care* (SOC) que é o documento responsável em articular “um consenso profissional internacional acerca do manejo psiquiátrico, psicológico, médico e cirúrgico das Desordens da Identidade de Gênero”, e regulamentar

parâmetros que orientem os profissionais sobre como oferecer assistência a pessoas com a chamada “disforia de gênero”. No ano de 1980 a “Associação de Psiquiatria Norte-Americana aprovou a terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, incluindo a transexualidade no rol dos Transtornos de Identidade de Gênero”, ao mesmo tempo em que a transexualidade é incluída no Código Internacional de Doenças. (LEITE Jr., 2012, p.182; BENTO, 2012, p.571) Com isso podemos observar que o objetivo principal dessa associação é criar uma definição “nosológica” (CASTEL, 2001, p.79) criando uma patológica, que descreve e classifique a transexualidade.

Os principais documentos que servem como base de referências para diagnosticar a transexualidade como doença são o DSM-IV, o CID-10 e o SOC. Esses documentos formulam um “conjunto de indicadores comuns” que identificam os transexuais como pessoas “transtornadas” sem levar em conta “variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas”. O SOC defende que as cirurgias de transgenitalização sejam a única alternativa viável para readequar o transexual como portador de “transtornos ou disforias” ligados seu gênero. O DSM-IV trata a cirurgia como uma questão tangencial e tem como seu foco principal “apontar as manifestações do transtorno na infância, na adolescência e na fase adulta sem se referir a diferenciação entre sexo, sexualidade e gênero, sendo os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico” o que define o problema, já que por eles é entendido que o gênero deve ser condizente ao “sexo genital”. Já o CID-10 é uma convenção médica que organiza os códigos que serão “aceitos internacionalmente por médicos/as e outros/as operadores/as da saúde” de acordo com as características de cada doença. Esses códigos é o que fazem com que o diagnóstico seja legalmente aceito (LEITE Jr., 2012, p.183; BENTO, 2012, p.572; BENTO, 2008, p.99).

No caso do DSM-IV “a construção do diagnóstico de gênero uma postura radicalmente dimórfica” (LAQUEUR, 2001, p.189) é empregada em defesa da constituição da identidade do sujeito, sendo considerado totalmente anormal qualquer deslocamento do binário feminino/vagina e masculino/pênis. Na comprovação desse deslocamento “deve haver uma intervenção especializada, principalmente de algum especialista nas ciências psi, para restabelecer a ordem e a “coerência” entre corpo, gênero e sexualidade” (BENTO, 2006, p.571).

2.12 MOVIMENTO GLS/GLBT/LGBT NO BRASIL

O nascimento do “movimento homossexual no Brasil” está ligado à fundação do “grupo Somos” em 1978 na cidade de São Paulo (FACCHINI, 2005, p.20), o grupo tinha “uma proposta de politização da questão da homossexualidade” e se estabeleceu dentro de um “contexto de ditadura militar e grupos de esquerda”. O grupo produzia discursos que confrontavam o regime autoritário da época e compreendiam “a homossexualidade como estratégica para a transformação cultural, sendo capaz de corroer uma estrutura social a partir das margens” (MacRae, 1990 *apud* FACCHINI, 2009, p.59). Outros grupos surgiram na época e foram responsáveis pelas reivindicações que até hoje estão na pauta nas demandas dos movimentos, como por exemplo, “luta por educação sexual nas escolas e contra a patologização de homossexuais”. Essa fase se encerra no início dos anos de 1980, quando vários grupos e entidades desapareceram (FACCHINI, 2009, p.59). A partir da metade dos anos de 1980 há um deslocamento do “eixo Rio de Janeiro-São Paulo, para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste” marcando a atuação de “João Antônio Mascarenhas que fez parte do grupo de intelectuais que organizaram o jornal Lampião da Esquina e fundador do grupo Triângulo Rosa”¹⁶, chamando a atenção para o Grupo Gay da Bahia liderado por seu fundador Luiz Mott “que colocava a causa gay em primeiro lugar e que também lutava pela garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais” (FACCHINI, 2009, p.60;185).

No Brasil o caminho que os movimentos organizados para defender os direitos dos sujeitos não identificados como heterossexuais, foi acompanhado por uma mudança na nomenclatura que os definia, isso aconteceu porque a partir de 1990 “o movimento multiplica também as categorias de referência ao seu

¹⁶ FERREIRA, Carlos. Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina. **Revista Alterjor**, v. 1, n. 1, 2012. “ (...) *jornal crítico, pluralista e partidário, que expôs o descaso e preconceito contra os homossexuais e as minorias sociais*”.

UZIEL, Anna Paula et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 203-227, 2006, p.208. O grupo Triângulo Rosa era sediado no Rio de Janeiro. Seu “*enfoque era promover políticas públicas, leis e ações que pudessem ajudar a diminuir a discriminação contra os homossexuais, via partidos políticos, organizações da sociedade civil, OAB, Constituição Federal*”.

sujeito político”, talvez como uma tendência estratégica para se tirar o peso linguístico pejorativo que algumas denominações carregam, o peso do deboche, da vergonha, da humilhação. Até final da década de 1970 no Brasil os não heterossexuais eram denominados homossexuais, mulherzinha, bichas, viados, sapatão, mulher-macho, mais a frente na década de 1980 aparece o grupo dos “entendidos” que identificava os Gays, as Lésbicas e bissexuais dando um tom mais brando aos sentidos. Atualmente esses termos, ganharam sentido de ofensa como instrumento da “transfobia, homofobia, lesbofobia”. Em 1993 aparece o “movimento de gays e lésbicas e em 1995 o movimento de gays, lésbicas e travestis” (FACCHINI, 2009, p.48;62; FACCHINI, 2005, p.20) que posteriormente cresceu e se transformou no GLBT, representando “Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis”. A mudança do posicionamento das letras da sigla de GLBT para LGBT foi feita em 2008 na primeira Conferência Nacional GLBT- Direitos Humanos e Políticas Públicas. O movimento ganhou prestígio e alcançou uma relação com o Estado que favoreceu a criação de políticas públicas, principalmente na área de saúde mantendo um diálogo proveitoso com a academia. A mudança de relação com Estado foi uma resposta às demandas sociais que surgiram a partir DST/Aids, mas conseqüentemente outros espaços políticos foram sendo abertos facilitando a negociação de demandas na área de educação, cultura e reconhecimento de direitos (MISKOLCI *apud* COLLING, 2011, p.41-42; FACCHINI, 2009, p.56).

No Brasil, o termo homossexual já era utilizado pelo campo de pesquisa médica para definir e categorizar o comportamento sexual considerado fora dos padrões socialmente estabelecidos. Em 1938, a tutela do corpo não feminino e não masculino passa a ser postulado pela medicina, o médico legista Leonídio Ribeiro publicou em *Etiologia e Tratamento da Homossexualidade* um parecer que a definia como uma anomalia sexual, devido ao desejo ativo, passivo ou misto, considerando os indivíduos doentes ou anormais carentes de tratamento e não de castigo por não ser o homossexualismo pecado, vício ou crime (SANTOS, 2012, p.109). Lembrando que o termo homossexualismo aqui usado tem conotação de doença, como explicamos anteriormente acerca do sufixo “ismo”. No Brasil o termo gênero começou a ser utilizado de uma forma analítica em meados dos anos de 1980.

3 TEORIA CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE ARTICULAÇÃO DA TEORIA DO RECONHECIMENTO

Para entendermos melhor porque nosso trabalho toma o termo “reconhecimento” como base para nossa discussão sobre Mulheres transexuais, retomaremos ao conceito de Teoria Crítica escrito por Max Horkheimer em 1937 em seu artigo Teoria Tradicional e Teoria Crítica que nos é apresentado por Axel Honneth (2003) como referência. O conceito que Horkheimer nos apresenta sobre Teoria Crítica nesse artigo revela que sua função não é simplesmente descrever o funcionamento da sociedade, existe uma ação mais potente ao que se refere a sua proposta, o de romper com o atame da dominação, buscando uma “emancipação possível”, mas “bloqueada pela lógica própria da organização social vigente” (NOBRE *apud* HONNETH, 2003, p.9).

A Teoria Crítica, segundo Horkheimer, precisa se ocupar da “orientação para emancipação da dominação”. Em sua perspectiva, é a única forma “que permite compreender a sociedade em seu conjunto”, pois análises sociológicas e antropológicas que apenas descrevem a realidade se enquadram em uma “concepção tradicional de ciência” reproduzida pelo “teórico tradicional” que só afirmaria o que já existe, encobrendo e velando as “possibilidades” de mudanças para melhorar a “realidade social”. Para Horkheimer, o teórico crítico deve ter como característica ser um orientador para emancipação, sua teoria deve expressar um comportamento crítico diante do “conhecimento produzido e a própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender” (NOBRE *apud* HONNETH, 2003, p.9).

Honneth (2003) segue uma linha de estudos filosóficos carregado da “tradição da teoria crítica”, buscando entender como a identidade é construída socialmente, individualmente e coletivamente por meio da “gramática moral” que se organiza quando ocorrem os “conflitos sociais”. Dentro do contexto da teoria social crítica, a “luta pela construção da identidade”, assume o formato de uma “luta pelo reconhecimento” (NOBRE *apud* HONNETH, 2003, p.11). Para firmar sua teoria e poder sustentar a articulação de seus estudos Honneth (2003) re-

toma a filosofia de Hegel, cujas “pretensões universalistas” se firmam numa inquietação que se preocupa “com o desenvolvimento do indivíduo” enquanto ser único e “singular”.

A “teoria do reconhecimento” de Honneth (2003) se foca nos conflitos que têm sua origem numa experiência de desrespeito social que acontece quando a “identidade pessoal ou coletiva” sofre algum dano moral e, consequentemente, suscita uma reação que se empenha em refazer os laços que foram rompidos impedindo as “relações de reconhecimento mútuo”, por isso ele acredita que é possível identificar “nas diversas lutas por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais” (NOBRE *apud* HONNETH, 2003, p.18).

3.1 RECONHECIMENTO COMO AÇÃO PRÁTICA

Ao que diz respeito ao vocábulo “reconhecer” e seus significados, partindo de uma pesquisa lexicográfica, destacam-se três sentidos que se aplicam a temas determinados. Parafraseando Ricoeur (2006) poderíamos dizer que um primeiro significado seria o de apreensão de um objeto pela mente, pelo pensamento, conectando imagens às percepções sobre esse objeto, o qual a memória distingue e o identifica, pelo julgamento ou pela ação. Um segundo significado estaria ligado a “aceitação e a consideração do que é verdadeiro”. Um terceiro significado teria o sentido de ação prática na qual a demonstração por meio da gratidão seria uma forma de quitar uma dívida com alguém (RICOEUR, 2006, p.13, p.22-23).

Com o primeiro significado do termo “reconhecer” temos a identificação por meio da imagem, o que se é visualmente categoriza e qualifica o objeto em questão. A memória, lugar onde se tem o signo da imagem apreendida cognitivamente, identifica-a reconhecendo como algo familiar e aceitável por estar dentro de um padrão dado. O segundo significado parece ter a ver com um padrão ético e moralmente aceitável que caracteriza a eticidade. O terceiro sentido poderia ser encaixado tranquilamente numa leitura da reciprocidade, onde uma ação prática gera possíveis ações de cordialidade.

Em sua lexicografia, o vocábulo “reconhecer” permite que os aproximemos da teoria crítica de Honneth (2003). Colocando o “conflito social como objeto principal da teoria crítica”, o autor aponta os conflitos que têm origem na experiência de “desrespeito social” e confrontam a “identidade pessoal ou coletiva”, como impulso ou gatilho que suscita uma força moral que sustenta as lutas por reconhecimento. Para Honneth (2003), no processo de formação da identidade do indivíduo, as relações de reconhecimento se dariam em três diferentes áreas interligadas. A primeira delas é a esfera afetiva que constrói a confiança em si mesmo, valorizando os projetos de autorrealização ou realização pessoal. A segunda esfera é a “jurídico-moral”, onde a pessoa é reconhecida individualmente como autônoma e moralmente imputável, produzindo o sentimento de autorrespeito. A última esfera do reconhecimento social é a da “estima social”, lugar onde esses projetos são visibilizados e onde a solidariedade se caracteriza por uma “estima mútua” que permite ao indivíduo alcançar liberdade interior e gerenciar suas próprias carências (NOBRE *apud* HONNETH, 2003, p.19; HONNETH, 2003, p.260; p.276).

O reconhecimento social adquirido por meio do amor, do direito e da estima social conjuntamente criam condições sociais que permitem ao sujeito assumir uma atitude positiva consigo mesmo. A autoconfiança, autorrespeito e autoestima adquiridas pelo reconhecimento nas três esferas citadas acima geram no sujeito a capacidade de conquistar amplamente sua autonomia e singularidade, fazendo com que este se identifique “com seus objetivos e seus desejos” (HONNETH, 2003, p.266).

Na busca por elementos que fundamentem sua teoria de “luta por reconhecimento”, Honneth (2003) se embasa nas ideias de Hegel quando jovem para que possa se aproximar de uma “gramática moral dos conflitos sociais” que o permita articular dentro de uma política de reconhecimento mais próxima de uma leitura social focada em seu tempo. A ideia hegeliana entende que a identidade é construída dialogicamente por meio de um processo de reconhecimento mútuo dentro de uma relação recíproca ideal, onde essa reciprocidade permite que uma pessoa enxergue o outro como igual, mesmo sendo esse outro sujeito uma pessoa distinta (Fraser, 2010, p.116-117).

3.2 A INTERSUBJETIVIDADE E A CONSCIÊNCIA DE SI

Para complementar sua fundamentação, Honneth recorre a psicologia social de George Herbert Mead, um filósofo americano da escola de Chicago que trabalha a intersubjetividade (CASAGRANDE, 2011, p. 147). Sua intenção é dar uma “inflexão mais empírica” à ideia hegeliana ao que se refere a formação de si mesmo. Nesse processo de intersubjetividade, existe uma coerência entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio que é o resultado da relação de reciprocidade dessas três formas de reconhecimento, formando a identidade pessoal. Assim, só acontece o processo de formação do indivíduo como pessoa a partir do momento que há uma troca intersubjetiva no sentido de si mesmo e do outro, uma consciência de si e do outro como seres dotados de “determinadas propriedades e capacidades” (HONNETH, 2003, p.272).

Quando mais propriedades, ou formas de reconhecimento são acrescentadas, mais o nível da autorrealização positiva aumenta, concedendo ao indivíduo o privilégio de se “referir a si mesmo como sujeito”. As três formas de reconhecimento são geradas a partir das experiências que o indivíduo experimenta através do amor que o conduz a autoconfiança, do “reconhecimento jurídico” que produz o autorrespeito e pela “experiência da solidariedade” que evoca a autoestima (HONNETH, 2003, p.272). Hegel e Mead, de acordo com Honneth, apresentam um projeto de relação de reconhecimento pós-tradicional que compõem e integram o padrão jurídico e ético e talvez o familiar, os dois concordam que na sociedade moderna os sujeitos buscam o reconhecimento como seres “autônomos e individualizados” (HONNETH, 2003, p.269). O que Hegel ao longo de seus estudos afirma é que o resultado da luta por reconhecimento seria uma “coesão orgânica no reconhecimento intersubjetivo da particularidade de todos os indivíduos, resultado do entrelaçamento de socialização e individuação” (HONNETH, 2003, p.145).

Já a hipótese evolutiva de Mead se desenvolve dentro de um contexto de prática social onde os grupos sociais se empenham nas lutas moralmente motivadas pela tentativa coletiva de se alcançar “formas ampliadas de reconhecimento recíproco” que permitem que normas institucionais e culturais sejam mudadas (HONNETH, 2003, p.156).

3.3 AUTOCONSCIÊNCIA COMO CONSEQUÊNCIA DA NORMA

O nível de “autoconsciência” alcançado pelo sujeito seria uma consequência da “formação da identidade prático-moral do sujeito”, isso porque Mead propõe um “Me”, que é uma “imagem cognitiva que o sujeito recebe de si mesmo”, que é o resultado das normas morais que o sujeito apreende no processo de cognição, gerando nele um juízo moral que vai balizar seu comportamento dentro de um contexto normativo, num jogo de imitação que reproduz no sujeito a sensação de pertencer que de certa forma caracteriza o reconhecimento. Esse jogo de imitação é montado pelas regras reguladas em seu espaço de vivência, lugar onde as normas são interiorizadas, elas que ditam quais expectativas devem ser alcançadas e quais obrigações devem ser cumpridas para com o outro, nesse ponto se dá “o desenvolvimento pleno da identidade do indivíduo” (HONNETH, 2003, p.135).

Honneth (2003) acentua que as “normas sociais” têm uma função específica dentro do ambiente social, elas mantêm o equilíbrio das “relações de cooperação” no espaço coletivo, onde os “membros da sociedade” também passam a ter noção de seus direitos, os quais servem a interesses individuais. É pela concessão social desses direitos que “é possível medir se um sujeito pode conceber-se como membro completamente aceito de sua coletividade”. O acesso aos direitos gera no sujeito, o que Mead nomina como dignidade, que é justamente o que dá ao sujeito a certeza que ele faz parte de uma sociedade e o que lhe assegura o “valor social de sua identidade”. Utilizando o conceito geral de autorrespeito que configura ter “consciência do próprio valor”, o que denota uma “atitude positiva” autorreferente para o sujeito como “um determinado gênero de pessoa”. O grau de autorrespeito é confirmado pela aprovação dos que interagem socialmente com o sujeito (HONNETH, 2003, p.137).

3.4 RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO. AMOR, DIREITO E ESTIMA SOCIAL

Honneth (2003) se empenha em explicar como as lutas coletivas por reconhecimento geram as mudanças sociais por meio de um progresso moral

que se manifesta a partir de um reconhecimento negado a um indivíduo. Baseado na teoria de Mead que se utiliza das três etapas de reconhecimento propostas por Hegel (amor, direito e solidariedade), Honneth (2003) desenvolve três formas de desrespeito social ligadas a essas três formas de reconhecimento, maus tratos e violação, a privação de direitos e a degradação (HONNETH, 2003, p.213).

Então temos a esfera afetiva onde se dá a violação, que é um “tipo de desrespeito” que afeta diretamente ao corpo e sua integridade, ferindo diretamente a pessoa por meio de “maus-tratos” e onde o sujeito é privado “violentamente” do direito sobre seu próprio corpo, sendo subjugado, sofrendo rebaixamento moral. Quando o corpo de uma pessoa é ameaçado de ser tomado à força por qualquer que seja a razão, o sentimento de humilhação afeta com toda a força a autorrelação prática que o ser humano tem consigo mesmo, não é simplesmente a dor física que se abate sobre o corpo, mas também a experiência de estar sujeito a vontade do outro sem ter como se defender causa uma dor moral tão profunda a ponto de provocar uma “perda do senso de realidade”.

Esse tipo de desrespeito fere “a confiança”, em si e no mundo e a autonomia sobre o próprio corpo que é “aprendida através do amor”. Para Honneth (2003) a tortura e a violação causariam um “colapso dramático” na sensação de confiança do mundo social, causando total insegurança no sujeito, destruindo a “disposição autônoma” adquirida no processo de socialização onde o sujeito por meio da “experiência da dedicação emotiva” desenvolveu sua “autoconfiança” (HONNETH, 2003, p.215).

A esfera “jurídico-moral” se relaciona com a privação do direito. Esse tipo de desrespeito atinge a pessoa na parte onde ela é reconhecida individualmente como autônoma e moralmente como imputável demarcando seu autorrespeito moral. Quando o sujeito é destituído dos direitos ou privado dos direitos que lhe garantem o respeito social, impedindo que lhe seja concedido de forma legítima a condição de igualdade diante de uma coletividade, o sujeito se sente excluído socialmente e experimenta não só uma certa perda de “autonomia pessoal” como também uma perda do status que o colocava “moralmente em pé de igualdade” com seus pares.

A perda dos direitos jurídicos “socialmente vigentes” causa ao sujeito prejuízo na própria credibilidade “intersubjetiva” na qual se reconhece como “sujeito capaz de formar juízo moral” (HONNETH, 2003, p.216). O desrespeito da “privação dos direitos” afeta o reconhecimento adquirido a partir do “respeito cognitivo de uma imputabilidade moral” desenvolvida por meio de interações e relações pessoais que socializam o sujeito ao longo de sua vida. Honneth (2003) entende essa forma de desrespeito como uma “grandeza historicamente variável” devido ao entendimento que se tem de uma pessoa “moralmente imputável” sofrer alteração em sua interpretação justamente pelo “desenvolvimento das relações jurídicas” (HONNETH, 2003, p.217).

A “estima social” é associada por Honneth (2003) ao tipo de desrespeito que ele chama de degradação. A “estima social” está ligada a solidariedade que se configura uma “estima mútua” que estimula no sujeito o ter a liberdade de se autogerenciar e lidar com suas limitações. A “degradação” como desrespeito se refere ao valor negativo de indivíduos ou grupos, é o que fere “a honra e a dignidade” que é atribuída ao sujeito como meio de autorrealização no contexto da “tradição cultural”. A “degradação é valorativa” opera no quadro da “hierarquia social de valores” desqualificando “formas de vida ou modos de crença”, colocando o sujeito na condição de incapaz “de atribuir um valor social as suas próprias capacidades”. (HONNETH, 2003, p.217).

Toda impossibilidade de reconhecimento causado pelo desrespeito é tratado por Honneth (2003) como “assentimento social” que seria a aprovação, encorajamento e aceitação do sujeito por parte da solidariedade de grupos, mas Honneth (2003) nos chama a atenção para o fato de que o sujeito só pode referir essas espécies de degradação individualmente, pois esta experiência de desrespeito está ligada a privação de direitos que são “historicamente modificados” e que atingem diretamente a pessoa com consequências individuais que abatem seu corpo, o que denota a “morte social” do sujeito. A dor física é geralmente metaforizada e patologizada nesse contexto (HONNETH, 2003, p.218).

Para Honneth (2003), a metáfora da dor física e da morte são expressadas linguisticamente e atingem a “integridade psíquica do ser humano” exercendo o mesmo “papel negativo” das doenças do corpo. Por isso o reconheci-

mento contribuiria para a saúde psíquica e integridade dos seres humanos, evitando “doenças” que protegeriam os seres humanos do sofrimento e desrespeito que são consequências puramente normativas.

Honneth (2003) defende a tese de que a “experiência de desrespeito” social pode ser a “base motivacional afetiva” que dá origem a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003, p.220). Assim, as “reações emocionais negativas” como a “vergonha ou ira, vexação ou desprezo”, como experiência de desrespeito, poderiam produzir no sujeito uma ação (HONNETH, 2003, p.221), que por sua vez acionaria os “conflitos morais” que atingiriam toda a sociedade (HONNETH, 2003, p.222).

4 METODOLOGIA

4.1 INTRODUÇÃO

Para a realização de nossa pesquisa, selecionei três pessoas moradoras da cidade de Foz do Iguaçu-PR, região da tríplice fronteira (Brasil/Argentina/Paraguai), que se autodenominam mulheres transexuais. A decisão por pesquisar esse tema se deu a partir do meu envolvimento como bolsista Iniciação Científica PIBIC IC/Fundação Araucária no projeto de pesquisa “Reconhecimento e subjetividade e emoções, a construção da identidade sexual e de gênero e de LGBTs de Foz do Iguaçu”, que me permitiu me aproximar um pouco mais das mulheres transexuais da cidade, aproveitando os contatos que já havia feito anteriormente, tanto por meio de minha convivência local, quanto por meio de eventos acadêmicos realizados nas Universidades (UNILA/UNIOESTE), no Centro de Direitos Humanos e na Fundação Cultural da cidade.

4.2 O AUDIOVISUAL COMO FERRAMENTA

A utilização do audiovisual para documentar as entrevistas com as mulheres transexuais foi uma forma que eu entendi ser mais eficiente para realizar as entrevistas em profundidade e registrar o máximo de performance vocal

e corporal, que são uma característica muito interessante desses sujeitos e poderão ser usadas em futuras pesquisas. Não foi um processo fácil, pois exigiu muito tempo e dedicação para que eu entendesse como proceder tecnicamente na manipulação dos instrumentos como a câmera e o gravador de som sem que isso constrangesse as entrevistadas e dificultasse nosso trabalho. O mais desafiador foi convencer as nossas fontes, no caso aqui as mulheres transexuais, a concordarem com a filmagem e gravação das entrevistas. Provavelmente a abordagem que utilizei durante os contatos anteriores em eventos e reuniões causou empatia e facilitou a negociação das entrevistas. Tudo se passou num espaço de tempo considerável que me permitiu criar um ambiente de confiança e respeito. As entrevistadas assinaram um termo de autorização de uso de imagem e som que nos permitem usá-las em nossa pesquisa.

O cuidado na execução de um roteiro que desse uma direção para feitura das entrevistas também teve que ser observado para que eu pudesse estabelecer uma quantidade de informações suficientes para fazer a análise. As preocupações quanto ao armazenamento do que seria produzido me causou certa apreensão, pois eu não possuía um HD externo ou qualquer outro meio que pudesse guardar tais materiais. Esse problema foi parcialmente sanado quando consegui um HD feito com a memória do meu computador que havia queimado alguns meses antes. A quantidade de memória não era muito grande e eu precisei ser seletiva com as gravações audiovisuais. Só depois que resolvi a questão do armazenamento que pude dar início ao trabalho.

4.3 A ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

A entrevista em profundidade pressupõe encontro, gravação consentida e transcrição. É usada quando o entrevistado dispõe de tempo e facilita o “estudo de trajetórias de vida”. Geralmente se usa uma conversa guiada onde o entrevistador tenta obter informações detalhadas que disponibilizem informações para uma análise qualitativa. A entrevista em profundidade procura saber o que, como e porque algo ocorre, ela não se preocupa com que frequência algo ocorre, ela não se ocupa em afirmar qualquer hipótese. O contato direto entre o entrevistador e o entrevistado permite uma interação “muito importante para as

Ciências Sociais”, pois ajuda a perceber detalhes que uma entrevista mediada por um questionário pronto não comportaria (POUPART, 2014, p.216).

A entrevista em profundidade como técnica é usada para reunir dados que facilitarão entender o sujeito estudado. Do ponto de vista epistemológico, ela nos permite acessar o campo de percepção de mundo desses sujeitos, o que nos ajuda a apreender e entender melhor o porquê das condutas sociais. Dentro da ordem éticopolítica, ela nos dá a possibilidade de penetrar um pouco mais nas percepções, crenças e visões de mundo do sujeito e conhecer a fundo seus conflitos. Como argumento metodológico, ela nos dá acesso às experiências e vivências desses sujeitos. O tipo de entrevista em profundidade que usei nas entrevistas foi o da entrevista guiada, que permite o uso de um “guia” /roteiro de temas a ser explorado durante o transcurso da entrevista. Na entrevista guiada, as perguntas não são elaboradas antecipadamente e nem a ordem da fala sobre o tema está estabelecida. (POUPART, 2014, p.216).

4.4 ENTREVISTAS

As três entrevistas foram realizadas entre o período de vinte e seis de Julho a onze de Novembro de dois mil e dezessete. As entrevistadas moram e trabalham em Foz do Iguaçu-PR. As entrevistas foram feitas em locais escolhidos pelas entrevistadas, com intuito de evitar constrangimento ou qualquer outro tipo de desconforto para elas. Para deixá-las mais à vontade quanto ao conteúdo da entrevista, foi feito um roteiro para que soubessem de antemão quais assuntos iríamos abordar.

O roteiro foi elaborado da mesma maneira para as três entrevistas e continha direcionamento temático e subtemáticos para que eu pudesse englobar o maior número de experiências pessoais possíveis. Os temas tratados se referem à infância, família, adolescência, escola, amigos, corpo, mobilidade e segurança; os subtemas estão ligados aos temas e são mais específicos e acabam se interligando um ao outro; incluem espaços frequentados, as relações de afeto com os pais, parentes e amigos.

A seguir analisaremos a fala de nossas entrevistadas utilizando a teoria de Honneth (2003) sobre o reconhecimento social, relacionando a experiência empírica de cada uma delas com o amor, o direito e a estima social, fazendo ainda uma relação com às respectivas formas de desrespeito (maus tratos, privação de direitos e a degradação) que são geradas pela negação de cada um dos padrões de reconhecimento social, com o intuito de entender como a luta por reconhecimento social se apresenta para cada uma das entrevistadas da pesquisa.

4.4.1 Apresentação das Entrevistadas

Antonella Gessi de Lima tem trinta e seis anos, é cabeleireira, graduada em pedagogia, recentemente passou num concurso da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu como professora de educação infantil e já está lecionando. É também dona de um salão onde exerce sua outra profissão de cabeleireira, mora com seu pai, sua mãe faleceu no primeiro semestre de dois mil e dezessete. Antonella nasceu na cidade de Cascavel-PR, filha única, veio para Foz do Iguaçu com seus pais aos dois anos de idade. É ativista na Associação de travestis e transexuais de Foz do Iguaçu.

A entrevista com Antonella Gessi de Lima foi realizada dia vinte e sete de Julho de 2017, no salão de cabeleireiros de sua propriedade conforme o combinado anteriormente. Por se tratar de um ambiente de trabalho fiquei preocupada em não conseguir estabelecer um diálogo produtivo, mas felizmente, embora tenha ocorrido algumas interrupções, consegui realizar a entrevista sem mais problemas.

Samyra Padilha Ramos tem 40 anos, nasceu e foi criada em Foz do Iguaçu-PR, pertence a uma família de catorze irmãos, é casada e trabalha na oficina mecânica de seu marido como secretária. Tem o ensino médio completo. É ativista na Associação de travestis e transexuais de Foz do Iguaçu e é voluntária no programa de DST e AIDS distribuindo semanalmente preservativos para as profissionais do sexo da cidade. Nosso encontro foi marcado e desmarcado várias vezes por conta dos compromissos que Samyra semanalmente realiza em função de sua dedicação e compromisso com travestis e transexuais que vivem

e trabalham na cidade de Foz do Iguaçu. Essa entrevista foi realizada nas instalações da UNILA localizadas no Jardim Universitário.

Milena Branco tem 36 anos, nasceu em Foz do Iguaçu-PR, é professora de matemática da Rede Estadual de Ensino há quase quinze anos, graduada em matemática cursa pós-graduação na UTFPR (Universidade Tecnológica do Paraná), tem duas irmãs e também é ativista na Associação de travestis e transexuais de Foz do Iguaçu. Ela nos recebeu em sua casa, onde se sentiu mais confortável para a realização da entrevista.

A partir de agora demonstrarei como as três entrevistadas vivenciam as três formas de reconhecimento social.

4.4.2 Reconhecimento pelo amor na vida de Antonella, Samyra e Milena

Como vimos, segundo a teoria de Honneth (2003), no processo de formação da identidade do indivíduo o reconhecimento se dá em três áreas interligadas: no amor, direito e na estima social. A primeira área que vamos analisar é a que Honneth (2003) chama de esfera afetiva que traz o amor como forma de reconhecimento, produzindo a autoconfiança e englobando “todas as relações primárias” que se consolidam nas “ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filhos” (HONNETH, 2003, p.159).

Aqui me aterei às relações de pais e filhos e de amizade. Essa esfera envolve as relações de afeto que funcionam como uma liga que faz com que os componentes de uma família e pessoas que fazem parte do círculo de amizade permaneçam interligados. Relacionarei essa esfera com a forma de desrespeito que Honneth (2003) chama de maus tratos, na qual é tirada do sujeito a autonomia sobre seu corpo por meio de maus-tratos, provocados por exemplo pela violação ou pela tortura.

4.4.2.1 Antonella

No caso de Antonella, a sua relação com os pais, principalmente com sua mãe, se mostra estável e de uma certa forma ela se vê como tendo uma boa

relação com toda sua família, até porque sua relação consigo mesma se sustenta na própria consciência que tem de si por se reconhecer desde a infância como mulher transexual. Acerca disso, Antonella me faz a seguinte declaração: “A princípio eu sempre me descobri como mulher transexual, desde criança eu já tinha certeza de que queria ser menina e não menino.” Antonella demonstra ter criado um mecanismo que funciona de modo gradativo para lidar com a aceitação da família quanto a sua sexualidade. Ela se mostra muito cuidadosa na busca por assentimento das pessoas com as quais tem relações familiares de afeto, principalmente ao que se refere a seus pais. Para garantir a possibilidade de aceitação ela se propôs trilhar um caminho mais longo para não correr o risco de ruptura na relação com sua família. Ao morar na Europa teve a oportunidade de se assumir como mulher transexual.

Como eu me tornei transexual na Europa, me operei por lá minha família não teve muita participação nas minhas decisões. Eu saí daqui do Brasil ciente de que eu queria me tornar uma mulher. Então eu cheguei na Europa, no mesmo dia já me vesti de mulher, já me maquiei, e a partir de então eu assumi minha identidade feminina, mesmo com cabelo curto e tudo, porque lá a realidade é um pouco diferente da do Brasil, não é que não se tenha preconceito, só que o preconceito lá é bem menor do que no Brasil, lá existem políticas públicas, existem leis que protegem as LGBT's... então se lá uma transexual diz eu sou mulher, então você é mulher e pronto. Se tornou mais fácil o meu ciclo de amizades, todas... a grande maioria eram mulheres transexuais e homossexuais, meninos gays né... e isso facilitou pra que eu pudesse fazer minhas plásticas, as minhas cirurgias.

Quando retornou ao Brasil, já totalmente transformada Antonella relata que de uma forma geral não sofreu nenhum tipo de problemas com sua família: “Quando eu cheguei no Brasil, minha família já sabia da transformação, então a aceitação foi normal. Minha família toda me aceita, tios, sobrinhos, enfim..”

Mesmo assim Antonella passa por momentos delicados os quais podemos ter uma ideia por meio de sua declaração abaixo citada.

Então eu me descobri enquanto transexual criança, mas antigamente as famílias eram bastante rigorosas, rígidas né?! E na verdade eu optei em estudar primeiro, antes de começar o meu processo de mudança corporal, pra me adequar a minha identidade de gênero.
[...] E eu cheguei e contei pra minha mãe que eu era homossexual, que eu não gostava de meninas, mas eu gostava de meninos. Então foi um choque bastante duro pra ela. Nós morávamos juntos, teve um período

de resistência na questão da aceitação, por parte dela, mas logo em seguida eu fui embora pra Europa e quando eu voltei, eu já voltei toda transformada, operada, plastificada... então eu acho que foi mais fácil a questão da aceitação pra ela... e com o tempo já era filha, filha e pronto acabou, nunca ela desrespeitou minha identidade de gênero.

A sustentação das relações emotivas em sua continuidade parece consolidar-se a partir da quebra reproduzida pela verdade compartilhada com sua mãe. Aqui observo que a relação de Antonella com sua mãe parece se afastar da zona de perigo da quebra da relação de afeto e impulsiona a consolidação na questão do reconhecimento pelo amor possibilitando Antonella a seguir em sua busca pela autorrealização.

Nas relações de amizade Antonella afirma ter hoje em dia uma grande quantidade de amigos, inclusive em seu ambiente de trabalho ela experimenta um ambiente onde as pessoas a respeitam: “[...] eu vejo pelas minhas companheiras de trabalho, aqui no salão todas as clientes me tratam no feminino”.

Quanto a suas amizades construídas na infância, ela me compartilha algo muito interessante:

[...] meus [amigos] de infância, quando descobrem que sou transexual querem manter contato, enfim, eu tenho uma vida bastante normal. Eu não posso dizer pra ti que eu tenho problemas de convivência com meus amigos de infância porque seria mentira e eu me dou muito bem com eles. Inclusive muitos vêm aqui por curiosidade, pra ver como eu fiquei e a gente retoma a amizade como era na época de infância.

Na entrevista de Antonella, o desrespeito que atinge a esfera emotiva e se caracteriza pelos maus-tratos corporais, causando vergonha, humilhação e dor moral, aparece na forma de medo. Ela sabe que mesmo tendo uma certa tranquilidade em se locomover pela cidade, corre o risco de ser agredida a qualquer momento. Sobre isso ela declara:

Na verdade, nós vivemos numa sociedade bastante machista. Tanto a trans, quanto a mulher cisgênero são bastante perseguidas e o preconceito é bastante grande [...]. Realmente nós somos o país onde mais morre travestis e transexuais no mundo. Então a questão do machismo, a questão do binarismo, a questão religiosa ainda influencia muito na vida das pessoas na nossa sociedade e a perseguição é bastante grande. [...]. Eu tenho bastante medo de transitar, no Brasil, em qualquer lugar do Brasil, em qualquer horário, porque nós sabemos que ainda existe um preconceito muito grande quanto as mulheres transexuais. Durante o dia eu me locomovo com mais tranquilidade, até porque a questão das agressões físicas são menores, mas a noite

eu sou muito prudente nos lugares que eu vou, nunca ando sozinha sempre sou acompanhada por algum familiar ou por amigos, procuro não andar a pé, porque tenho um pouco de receio sim de agressão física.

Antonella também viveu momentos de desrespeito à sua identidade de gênero quando voltou ao Brasil e retomou seu curso de pedagogia. Ela me descreveu na entrevista como a sua postura e posicionamento fizeram toda a diferença.

Na verdade, foi assim, eu já fazia faculdade de pedagogia, tranquei para ir embora pra Europa, e quando eu voltei, já voltei pra faculdade como transexual. No começo foi um pouco difícil, complicado, até mesmo por parte de alguns professores. A rejeição. Havia uma barreira, alguns professores não aceitavam, outros sim aceitavam, me defendiam [...]. Tive problemas não com a instituição, a instituição desde o primeiro dia que eu entrei ela respeitou minha identidade de gênero. A minha matrícula já foi feita como Antonella Gessi de Lima, que é o meu nome. A minha identidade de gênero desde o dia que eu coloquei os meus pés na instituição, numa instituição particular... eu fui vista e respeitada como mulher. Houve sim um pouco de preconceito, de perseguição por parte de alunos e alguns professores, mas com o tempo foi se resolvendo. Eu também me impus bastante, porque eu nunca fui covarde de fugir... ah viado... de baixar a cabeça não. No momento certo e na hora certa em que eu era agredida eu sabia como revidar, como me impor e fazer respeitar minha identidade de gênero, porque a questão da gente sempre se esconder e se fazer de frágil, de vitimismo, também não funciona, tem hora que a gente tem que se impor e fazer com que nos respeitem. E com o tempo a aceitação foi boa, tanto que, teve professor que sugeriu que eu escrevesse sobre transexualidade no meu TCC e como eu me formei em Pedagogia eu queria algo voltado para a área da educação, foi por isso que eu optei pelo tema evasão escolar de travestis e transexuais e foi uma pesquisa bastante bacana e teve reconhecimento dentro da instituição.

4.4.2.2 Samyra

Samyra teve uma infância de extrema pobreza. Sua família era composta por seus pais e treze irmãos. Seu pai era alcóolatra e sua mãe dona de casa, a sua relação com seu pai parece ter sido um tanto distante, mas a relação com sua mãe demonstra mais proximidade e companheirismo. Darei ênfase às relações com sua mãe, irmãos e amigos para entendermos como Samyra experimentou a esfera do reconhecimento pelo amor na construção de sua personalidade. A relação com sua mãe, possivelmente deve ter dado a Samyra uma certa autoconfiança que a impulsionou a fazer das experiências ruins da sua vida algo que a motivasse melhorar como ser humano.

Meu pai morreu em noventa e cinco [...] devido a bebida, [...] e aí dali eu abracei a minha mãe, [...] porque a minha mãe sempre foi dona de casa [...] nunca teve um trabalho [...] falei pra ela assim, não, agora eu vou [...] estar do seu lado o que você precisar, [...] todos os dias eu... eu era companhia dela pra ir na igreja com ela, né... e aí então nessa... nessa parte da minha adolescência eu tinha muito medo, [...] da minha identidade, né... assim... da minha sexualidade, [...] eu já me [...] me identificava como mulher. [...] E... e aí eu lembro que um dia eu falei pra ela [...] que eu precisava conversar com ela sobre mim, [...] e aí eu falei pra ela, [...] olha eu sou a Samyra, [...] não sou Darci, que é o nome que a senhora me chama, que é o nome que a senhora me registrou, nunca fui, nunca me senti homem, nunca, sempre me identifiquei como mulher, e desde os meus quinze anos eu me percebo, [...] me vejo como uma mulher, gosto de usar roupas feminina, queria já ter começado a construção do meu corpo aos quinze, mas comecei agora aos dezenove, [...] e aí ela falou pra mim [...] : “olha... eu sofri muito quando eu descobri [...] quem você era, porque eu já sei há muito tempo, eu sofri muito, mas [...] tem um versículo [...] na Bíblia que fala, que deus não deixa cair uma folha de uma árvore se ele não quer, [...] e aí ela começou a chorar e eu também comecei a chorar, e ela falou pra mim: “você é filho de Deus... como todos nós somos”, [...] e aí ela encerrou o nosso, [...] assunto [...] também teve outra questão [...] de eu começar a trabalhar na rua, [...] de eu começar fazer programa, que na verdade eu comecei por causa da minha mãe, [...] porque eu estava em Curitiba, isso foi em noventa e nove pra dois mil, [...] e... aí minha mãe me ligou num Domingo, e disse [...] assim que estava muito difícil, que ela estava passando por muita dificuldade, aí lá.. eu já decidi aquele dia, eu decidi, eu vou embora amanhã, e na Terça-feira que eu chegar eu vou ir pra rua começar fazer programa, [...] eu tinha prometido pra minha mãe que eu ia cuidar dela, e... e aí foi o que eu fiz, né... conversei com a minha amiga, a minha amiga não queria, e aí quando eu vim comecei fazer programa na rua, a primeira noite já ganhei, [...] no outro dia já levei pra minha mãe e ali foi indo, [...] e a rua na minha vida foi [...] muito importante, [...] ali eu construí mais ainda o meu corpo, ali eu vivia de um jeito assim ... da minha...vivia a minha verdadeira identidade, né... assim... onde eu poderia... podia expressar minha identidade, meu corpo feminino e ganhar dinheiro ainda [...] com isso. Então pra mim foi muito prazeroso, né... assim... nos dois sentidos, né... assim... tanto [...] no financeiro, como [...] eu com meu corpo, [...] então... nunca mais a gente passou por dificuldade [...] até 2010, 2010 ela teve um AVC também e... e aí ficou dezessete dias internada e veio a falecer [...] mas a minha mãe foi [...] nós fomos muito [...] amigas...

Mas podemos observar por meio de sua fala abaixo que sua relação com seus irmãos foi muito importante para que sentisse segura, amada e confiante. A aceitação de sua identidade de gênero por parte dos irmãos provavelmente contribuiu na construção de sua autoconfiança.

[...] meus outros irmãos [...] nunca tive problema nenhum com eles, né... assim sobre essa questão, o dia que eu cheguei pra eles e falei assim: Olha... eu sou Samyra eu quero que vocês me chamem de Samyra, eles aceitaram, nossa numa boa, né... assim... ninguém nunca

falou nada, nada, nada... então a minha história com a minha família, ela... ela é muito boa, né... assim... saudável, nunca percebi violência nenhuma, olhar, [...] nada... nada [...] nós somos muito unidos, mas ao mesmo tempo muito distantes, porque temos muito amor; Quando a gente se encontra, a gente se abraça, a gente chora, mas a gente fica muito tempo sem se falar entre nós.

As relações de amizade foram muito pontuais em sua infância, e Samyra rememora com certa alegria o fato de ter sido protegida e cuidada por suas amigas em momentos bem difíceis de sua vida. Fica bem claro que ao relatar sobre esse tema Samyra expresse o quanto foi importante para ela essas amizades.

Bom, amigos [...] eu na minha infância, [...] meus amigos eram as meninas, né... assim [...] na escola o ... o pouco tempo que aqui eu estudei, eram as meninas, eu ficava sempre na... na rodinha, [...] com as amigas, [...] e tinha uma amiga minha que foi muito minha amiga, né [...]a Maila, né... a Maila eu ía lá na casa dela, saía mais cedo de casa, que eu estudava de manhã, eu ía na casa dela pra gente vir junta [...] pra escola, né... assim... nossa e que... que delícia que era aquela nossa amizade [...] na adolescência, eu [...] me isolava, [...] não tinha muitos amigos, não tinha... não procurava fazer amizades, só quem... quem me procurava, [...] por exemplo... quando eu trabalhava no Paraguai, aos dezesseis anos, eu tinha [...] outra amiga minha, que foi muito amiga minha, que ela em cima da ponte quando alguém me xingava, [...] ela revidava, ela [...] retrucava, [...] e ela sempre me defendia, né ... assim, que era a Christian, [...] e aí eu lembro que o namorado dela não gostava de mim, [...] mas ela [...] vinha comigo e deixava o namorado dela pra trás, [...] e ela atravessava a ponte comigo, [...] eu tive pouquíssimas amizades mas muito [...] sinceras e verdadeiras mesmo, né ... e... mas já devido toda [...] violência que eu sofria, eu então [...] me isolava ficava [...] na minha, [...] não procurava fazer amizades...

A vida de Samyra foi atravessada por muitas situações difíceis, tendo sofrido abusos psicológicos durante a sua infância e adolescência, como ela mesma relata abaixo:

Eu passei por muita situação na minha infância [...], então eu convivi muito com extrema pobreza na minha infância. [...] Na minha infância eu vivi muitas violências, muitas situações difíceis, mas isso fez de mim uma pessoa melhor na minha maturidade, porque uma das primeiras violências psicológicas que eu sofri foi na escola, quando eu tinha oito anos, por conta da minha pobreza eu ía de chinelo pra escola, e a professora toda vez ela me questionava, com aquele frio que estava fazendo, e eu indo de chinelo pra escola, mas ela sabia, ela me via todo dia, ela percebia, sabia que eu ía de chinelo porque eu não tinha calçado fechado, então eu sempre falo que é a minha primeira violência foi aos oito anos, que veio de uma professora minha.

Na adolescência Samyra experimentou desrespeito na forma de agressões verbais por sua aparência feminina, foi insultada e humilhada ao longo de toda sua adolescência.

Eu comecei a trabalhar com doze anos de camelô numa banquinha lá na ponte, trabalhei dois anos, aí saí de lá e entrei no Paraguai, né... no Paraguai eu trabalhei cinco anos, que foram os piores momentos da minha [...] adolescência, [...] eu passava a ponte todos os dias... e a... e a minha sexualidade ela sempre foi estampada na minha cara, né... assim as pessoas sempre perceberam, [...] que eu era homossexual, [...] então [...] as pessoas naquela época, elas não tinham o mínimo [...] de respeito... o mínimo de... de senso, né... assim [...] elas me chamavam de nomes horríveis, [...] na minha cara, e eu não [...] não revidava de medo, né... assim... como muitas e muitas vezes não revidei... de medo de... de apanhar mesmo, né... assim de ser agredida e... e... e por muitas vezes eu sofri muito, né... assim... eu chegava em casa... eu... eu chorava muito [...] eu me olhava no espelho eu me via como uma pessoa normal, [...] como uma pessoa comum igual todas as outras, né... assim... mas a diferença eles... que eles percebiam, né... assim... a diferença estava neles, a bem da verdade...

4.4.2.3 Milena

Milena demonstra ter uma relação de muita afinidade com sua mãe, e sua autoconfiança parece ter sido bem desenvolvida em sua infância como podemos ver em seu relato abaixo:

É... então... quem que é a Milena? Milena foi uma moça que se descobriu mulher quando era muito nova porque eu queria seguir o exemplo da minha mãe, ser uma mulher... muito bonita, minha mamãe era uma mulher muito bonita, e ainda é com sessenta anos, né... e eu sempre queria me espelhar nela, e me identificava com ela, queria usar o que ela usava, naquela época eu tinha cinco, seis anos, na década de oitenta, né... [...] e a minha mãe sempre foi uma mulher, ou seja, a figura feminina foi alguém que sempre embasou o meu, o meu crescimento, e durante toda minha vida eu queria ser mulher, mas ela não achava isso legal, né... ela não achava isso justo, que ela achava..., ela foi doutrinada dentro da disciplina religiosa da evangélica, [...] não acredito em Deus e nem nessas doutrinas que querem encaixotar as pessoas, né... e a minha vida sempre foi relacionada com você se espelhar em quem você quiser ser, né... eu sempre fui muito... eu quero isso!, então eu nunca tive, é... é... como é que eu posso te falar... eu nunca tive uma angústia de fazer o que eu queria fazer, eu sempre ía lá e fazia, né... por mais disfarçada as vezes que algumas situações, mas eu ía fazer, e assim... aquele exemplo que eu tinha de mãe, era querer ser igual a elas, né... poder usar maquiagem, poder usar roupas que me agradavam mais, obviamente que meu corpo não era como o delas, mas e... mas eu fui olhando e fui me espelhando em relação a minha mãe, sempre foi a minha mãe, foi meu ponto maior, assim... por mais que ela nunca me deu esse apoio, acho que é porque ela nunca também notou quem eu fosse, quem eu era, quem eu deixei de ser... e

durante toda a minha trajetória infantil, é... eu sempre me mostrei e quis ser minha mãe, só que existia sempre uma, assim... é ... a gente quando é nova, as pessoas não sabem quem que é... como que alguém que nasceu num sexo masculino tem que... quer se infiltrar dentro de uma performance feminina, digamos assim, quer se implementar, quer se apoderar desse... desse corpo, que é totalmente contrário com o que a sociedade impõe, e eu sempre fui então, muito de querer... de ser a melosa, ser muito feminina, ser muito querendo coisas de mulheres, eu sonhava em ser bailarina, comissária, desde pequena, né... e acabei virando professora, que é um erro de vida até hoje muito triste...

Milena e sua mãe parecem ter consolidado bem suas relações no período em que a esfera afetiva estava sendo desenvolvida. O reconhecimento pela experiência intersubjetiva do amor e também pela amizade é percebido em suas declarações, e a posição que Milena exerce profissionalmente pode ser a consequência de toda uma relação de amor que lhe propiciou a construção de uma autoconfiança, pois “só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação reciprocamente querida, cria a medida de autoconfiança individual que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (HONNETH, 2003, p.178).

A relação com seu pai já não é tão amistosa, e Milena não nos dá muita informação sobre como se dá a convivência com ele, apenas aponta: “[...] tinha um pai muito rústico, até porque ele era daqueles que cortava unha com facão, de tão rústico que ele era, e... meu pai... eu não via [...] alguém que eu queria me espelhar”.

Milena tem duas irmãs e sua relação com uma delas é um tanto conflituosa devido a questões religiosas, mas com a outra a relação é de amizade e carinho que se alimenta por meio de um carinho especial pela sobrinha.

toda minha vida, né... eu sempre fui, é... sempre, a minha família... sempre foi minha mãe apenas. Hoje tenho a minha irmã, né eu tive... tenho duas irmãs, uma a gente não se fala, é irmã, mas não, uma não gosta da outra, ou até... não tem carinho, e ela é evangélica, né... cristã, não dá pra entender a incoerência desse povo evangélico. E a minha irmã agora, por motivos assim... que ela me deu, o que eu mais queria na minha vida era ser mãe... como eu nunca vou ser, não consigo ficar grávida, eu tento viu! Tento ficar grávida sempre... ela me deu a Isabela, que eu acho que é o maior tesouro que eu tenho, né... que a... já tem dez meses, é uma... eu amo aquela menininha, que é... que é a filha da minha outra irmã, né... e... que é o que me baseia assim hoje em dia, que tá me dando mais esperança de continuar vivendo, de fazer algo melhor, de isso... eu sempre quis ter alguém pra mim cuidar, pra mim amar, né...eu acho que um filho quando você é mulher trans é

difícil você exercer o contexto de espaço, né... afetivo, as pessoas te.. te abandonam, assim... porque você não é o que aquilo que as pessoas querem....

Perguntei a Milena se ela podia me contar um pouquinho da sua relação com seus amigos e ela me respondeu dizendo:

Eu não tenho amigos, né... eu não tenho amizade, tenho na minha vida só o meu trabalho, e minhas viagens, fora isso eu não tenho muita vivência com amizades, não tenho muita, porque as pessoas, elas parecem que tem medo, né... de ser... não sei... não tenho amigos, [...] não tenho amizade, dificilmente eu tenho... eu não tenho alguém que eu possa confiar assim imensamente, hoje é a minha mãe minha amiga assim, eu gosto quando ela vem na minha casa, fica comigo, acho que a minha mãe é a única pessoa que eu gosto, profundamente assim, porque [...] as relações sociais de amizade, elas se baseiam no tanto que você pode proporcionar a elas, como eu sou só uma professora de matemática, [...] e sou uma simples mulher... eu não proporciono, eu nem gosto de ficar saindo me expondo, porque eu não preciso disso.

Milena experimentou o mais terrível grau de maus tratos de sua vida na sua infância, quando foi abusada sexualmente por um parente próximo, ela relata sem restrições, como uma denúncia, a violação que sofreu.

[...] minha vida, meio que teve uns impactos muito forte, eu fui agredida sexualmente, eu digo agredida porque o meu tio me induziu dos meus seis até meus doze, treze anos, a toda vez que ele vinha pra Foz do Iguaçu, que eu morei com os meus pais, ele transava jun... nós transávamos, e eu uma criança, não sabia o que que era, mas isso não me levou a querer ser o que eu era, até porque ele queria que eu sempre fizesse um papel de homem dentro de uma relação sexual, e eu criança eu fazia as vontades dele, mas eu via que isso não era legal, né... e.. mas eu ficava quieto porque ele era o adora... imagina uma pessoa que era totalmente vista como o... a ovelha negra, ovelha não, né... mas uma pessoa diferente do contexto social, e um cara que era ideologicamente hierarquizado por ser um pastor, por ser uma pessoa é... é... ilibada, no seu contexto social, quem que ia acreditar numa simples pessoa, né... uma mulher que é... social, que o seu biológico era diferente, nunca iam acreditar em mim. [...] Então eu tive isso a vida toda, né... essa forma, essa conduta dele abusar de mim, de nunca ninguém me levar a sério porque eu era diferente, todo mundo achava que eu era... que isso passava, que isso daí é coisa, todo mundo falava assim...a bichinha, o viadinho, então esse sempre foi o meu reduto, né... social assim... sempre de ser vista, vista, mal vista, pela minha família também, né... a minha família nunca me aceitou, até hoje. Acho que agora é que eles estão me aceitando. [...] e... assim... e quando eu fui falar pra minha mãe que... que ele fez comigo, a minha mãe simplesmente olhou pra mim e falou assim: Você nunca falou nada porque você gostava dessa situação. E foi triste, né... porque você criança, adolescente, você quer ser uma pessoa que seja contemplada dentro do seu contexto onde você vive, tanto familiar, social, e eu sempre fui renegada, né... sempre fui excluída dos espaços sociais...

No ambiente escolar, Milena também sofreu por ter sido sempre negada a sua demanda por reconhecimento afetivo por parte dos colegas de classe e das professoras. O motivo do desrespeito que sofria se relaciona sempre ao fato dela não se encaixar nas normas binárias de gênero:

[...] sempre fui a bichinha, só que eu tinha uma coisa muito legal, que eu gostava de estudar, né... sempre gostei... sempre gostei, então esse lado me dava forças para estar no meio das pessoas, porque ao mesmo tempo em que eu era rechaçada eu mostrava esse lado, em que as pessoas, [...] sempre fui uma aluna muito dedicada, minha mãe [...] nunca precisou ir na escola, pra... pra alguma briga, por mais, é... sofrível que foi sempre a minha vida escolar, de ser chinchalhada, humilhada, dentro dos contextos, quando você sai, daí o povo: óo o via-dinho, óo a bichinha, óo isso, e nunca fui é... absorvida, nunca fui é... é... abraçada, né... pelas professoras, principalmente pelas professoras, porque elas não sabiam quem eu era, e quem eu deixei de ser. E dentro desse contexto de infância, foi passando sempre, esse...esse.. essa forma de “Pára! Você não é mulher!”

O desrespeito por parte dos colegas seguiu Milena até a universidade:

[...] e na faculdade foi o pior, pior momento, [...] sou da área de exatas, e a área de exatas é o meio mais machista, por que tem um monte de homem, mauricinho, patricinho, tudo que é tipo, [...] e eles tem que provar a masculinidade deles, né... e eu era tipo uma afronta a essa masculinidade deles, então imagina alguém que era totalmente diferente, toda “Oi! Tudo bem?”, e de repente no meio de um monte de homem, tudo roceiro, né... tudo bruto, chucro, que achava que porque tinham passado numa universidade pública, achavam que o que eles eram, era o máximo, então na faculdade foi ainda pior, fui humilhada, hostilizada todo o dia, me falavam que eu tinha que morrer, é... então a faculdade foi o pior, eu pensava até em desistir, e... mas foi assim, eu tive daí... nesse momento acho que a minha mãe me ajudou muito, por isso que eu falo que ela sempre foi um exemplo pra mim, porque daí nesse momento ela me via que eu era diferente, mas ela tinha medo das pessoas continuarem me hostilizando, só que do jeito dela, né... ela não sabia lidar como uma mulher trans, né... até então eu era uma trans, mas eles não sabiam, eu ainda andava como homem, eu era todo um homem, eu era toda uma construção masculina ainda, e... e... mas ela sempre falou: [...] Estuda!” porque a partir do momento que você [...] não precisar depender financeiramente de ninguém, né... você tiver sua independência econômica você [...] agarra o mundo, abraça o mundo, se joga, se beija e vai embora.

4.4.3 Reconhecimento jurídico na vida de Antonella, Samyra e Milena

A segunda forma de reconhecimento tratada por Honneth (2003) é a jurídico-moral derivada do direito que pressupõe uma autonomia individual na

qual o indivíduo toma as decisões racionais sobre questões morais caracterizando uma imputabilidade moral, onde não existe privilégios e exceções permitindo a igualdade e liberdade individual e respeito mútuo entre sujeitos. Isso supõe que

um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de „auto-respeito”(HONNETH, 2003, p.197).

A forma de desrespeito que atinge a esfera do direito é o desrespeito social que fere o autorrespeito moral das pessoas excluindo-as de determinados direitos. Se a pessoa tem o reconhecimento jurídico negado ela é privada de seus direitos e excluída socialmente, sendo entendida como incapaz de formar um juízo moral.

4.4.3.1 *Antonella*

Antonella está buscando o reconhecimento jurídico por meio do ministério público numa ação de retificação de nome. Ela me explicou que decidiu fazer por esse meio para que tivesse o direito de se beneficiar com medicamentos e cirurgias concedidas através de políticas públicas, segundo ela isso facilitaria o seu acesso. A retificação de nome faz parte de um processo que começa no respeitar-se a si mesmo e ser respeitada pelos outros, essa intersubjetividade pressupõe a igualdade pela imputabilidade moral.

A importância do reconhecimento jurídico para as mulheres transexuais significa não só uma afirmação de si, mas também não ter que passar por vários tipos de constrangimentos sofridos diariamente ao ir ao médico ou em qualquer outro ambiente que tenha que ser chamado pelo seu nome de registro.

O nome parece não ser simplesmente aparato simbólico desse reconhecimento, mas um meio de autoidentificação para as mulheres transexuais no qual elas afirmam quem realmente são por meio do ouvir do outro essa afirmação.

4.4.3.2 *Samyra*

A segunda forma de reconhecimento trabalhada por Honneth (2003) que podemos associar empiricamente a vida de Samyra é a do jurídico-moral, onde a autonomia individual gera o autorrespeito. A autonomia individual se baseia num acordo racional onde os indivíduos são supostamente livres e iguais onde presume-se uma responsabilidade sobre seus atos, tornando o sujeito moralmente responsável por suas ações.

Essa forma de reconhecimento se baseia no que pode ser denominado como imputabilidade moral e possibilita o respeito mútuo onde o acordo beneficia a todos dentro de uma ordem jurídica, permitindo o reconhecimento jurídico que gera o autorrespeito por meio de atributos de igualdade.

Essa forma de reconhecimento tem um sentido muito importante na vida das mulheres transexuais, geralmente elas não se identificam pelo nome de batismo por ser um nome que não está relacionado com sua condição de mulher, por não ser a forma como elas se vêm, por ser totalmente impositivo e ofensivo, por descaracterizar sua personalidade e não caber na sua construção de pessoa, o nome de batismo faz parte de um mesmo equivocando que elas carregam desde seu nascimento.

Samyra é uma das fundadoras da Casa de Malhu, Associação de Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu-PR, fundada em treze de Março de dois mil e dezesseis, por estar devidamente registrada a associação que se conseguiu muitas parcerias, uma delas junto a coordenadoria da diversidade da OAB de Foz do Iguaçu possibilitou que um pedido de retificação de nome fosse protocolado na defensoria pública do Estado do Paraná, assegurando a participação das mulheres transexuais que queriam a retificação de nome num mutirão que aconteceu no dia vinte de Outubro de dois mil e dezessete em Cascavel-PR. Samyra fala sobre a importância desse processo para as mulheres transexuais:

[...] depois da associação registrada a gente já conseguiu várias parcerias, né... assim... a última nossa, foi o mutirão de retificação de nome e de gênero, né... que nós fomos pra Cascavel participar de uma ação, e que foi maravilhoso, né... assim... porque é um dos nossos maiores direitos, conquista de direito é a retificação, porque você constrói o teu corpo feminino do jeito que você quer, do jeito que você sente, mas você precisa de um nome pra completar, né... assim... pra

fechar, né... e a gente temos o nome social, né... assim... mas o nome social poucas vezes é respeitado, né... assim... ou seja porque o médico esquece, ou seja porque o médico se recusa a te reconhecer enquanto uma identidade feminina, a chamar pelo nome feminino, né... e... continua batendo na tecla de que você é homem tá aqui no seu documento e é assim que eu vou te chamar, né... assim... então, aí a gente dizemos, não vamos mais brigar pelo nome social, vamos brigar por retificação de nome, né... vamos brigar pelo nome civil, né... e aí com a associação registrada, protocolamos, fizemos um pedido na defensoria pública do Estado do Paraná, né... pra que a gente participasse de um mutirão de retificação [...]

4.4.3.3 Milena

O reconhecimento jurídico, no caso de Milena, também veio através da parceria feita entre a Casa de Malhu - Associação de Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu-PR com a Comissão da Diversidade da OAB de Foz do Iguaçu-PR. Milena fala com orgulho da sua conquista em ser reconhecida judicialmente como Milena Branco:

Então, me chamo Milena Branco, [...] faz um mês que eu oficialmente me chamo Milena Branco, com a ajuda do pessoal da Comissão da Diversidade da OAB de Foz do Iguaçu e junto a nossa ONG que também eu faço parte.

Para Milena essa conquista é parte de um sonho realizado, ter sua identidade, sua certidão de nascimento e demais documentos constando o nome pelo qual ela se reconhece como pessoa, abre um universo de possibilidades a sua volta. Milena desabafa a respeito desse momento e compartilha conosco todos os seus sonhos os quais poderão ser alcançados a partir de agora:

[...] agora com a carteirada que eu vou dar com a minha documentação, acho que vou sofrer um pouco menos, mas eu acred... porque aí eu vou poder desbravar o universo profissional que eu quero, né... que sempre quis ser comissária de bordo, trabalhar na aviação, e eu acho que com a documentação, por mais jeito, as vezes, de homem que as pessoas me vêem, você tendo uma documentação retificada e que contempla quem você é, você abre muito mais caminho de... de você não ter mais medo das pessoas, se alguém falar alguma coisa, você mostra a sua identidade, se identifica e acabou, e daí não tem mais o que falar. E se falarem alguma coisa, o problema é delas, não é elas que tem que falar alguma coisa, porque você já judicialmente você... e oficialmente você é quem você quer ser.

É a partir de um documento que diz quem você é que o reconhecimento jurídico toma sua forma mais individual gerando imputabilidade moral e igualdade para que o sujeito alcance as instâncias públicas, pois

É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do auto-respeito; pois com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja a efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável [...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de "auto-respeito". (HONNETH, 2003, p. 197)

4.4.4 A estima social na vida de Antonella, Samyra e Milena

A privação do valor social afeta indivíduos e grupos rebaixando a dignidade ou o status dos mesmos. Classifica algumas formas de vida em posições degradantes, atribuindo valores dentro de uma escala que define quem é útil ou não dentro de uma sociedade. É importante que atentemos para o seguinte detalhe:

sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar "solidárias" porque elas (HONNETH, 2003, p. 210) não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis. Que o termo "simétrico" não possa significar aqui estimar-se mutuamente na mesma medida é o que resulta de imediato da abertura exegética fundamental de todos os horizontes sociais de valores: e simplesmente inimaginável um objetivo coletivo que pudesse ser fixado em si de modo quantitativo, de sorte que permitisse uma corporação exata do valor das diversas contribuições; pelo contrário, "simétrico" significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade. É por isso também que só as relações sociais que tínhamos em vista com o conceito de "solidariedade" podem abrir o horizonte em que a concorrência individual por estima social assume uma forma isenta

de dor, isto é, não turvada por experiências de desrespeito. (HONNETH, 2003, p. 211)

A individualização da estima social muda toda a forma dos sujeitos se relacionarem consigo próprio, pois o indivíduo não precisa mais do status de padrões culturais do grupo ao qual pertence para gozar socialmente das realizações, as conquistas são individuais e dão ao indivíduo um valor reconhecido gerando uma autorrealização prática ou autoestima. “Na medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social” (HONNETH, 2003, p.210).

O desrespeito da negação do valor social é a degradação, caracterizando uma forma de desrespeito na qual sua dignidade é diretamente atingida (HONNETH, 2003, p. 217), isso se dá, segundo Honneth (2003), por meio de uma hierarquia de valores que encaixa os indivíduos numa escala onde eles são colocados em posição de maior ou menor valor social, desqualificando o indivíduo na sua capacidade de gerir a si próprio (HONNETH, 2003, p. 218). No caso desta terceira esfera do reconhecimento, considero que o desrespeito ocorre pela privação ao direito à livre construção das identidades de gênero. Desta forma, as entrevistadas passam a reivindicar a liberdade de construir livremente suas identidades de gênero e de que estas sejam respeitadas e estimadas pela sociedade.

4.4.4.1 Antonella

Antonella reconhece que por exercer um trabalho formal ela experimenta um pouco mais de respeito se comparada às mulheres transexuais que são trabalhadoras sexuais:

[...] pelo fato de não estar exercendo a prostituição, as pessoas têm a visão de que quem exerce um trabalho secular é melhor visto do que uma transexual que exerce a prostituição. O problema é que a sociedade não analisa o porquê que aquela transexual está exercendo a prostituição como profissão. Eu graças a Deus tive assim apoio da família, tive acesso à educação que é um dos grandes fatores que leva a maioria das transexuais a prostituição é a falta de escolaridade, e eu tenho formação universitária com isso consegui um caminho, acesso ao mercado de trabalho e vida social.

Antonella tem essa experiência nas suas relações mais próximas com sua família e em seu ambiente de trabalho, mas nas relações mais afastadas do seu convívio diário ela enxerga uma resistência em reconhecerem-na como uma pessoa com liberdade de construir-se fora das normas binárias de gênero:

Minha família toda me aceita, tios, sobrinhos, enfim... talvez não sei como as demais pessoas da sociedade me veem, mas eu vejo pelas minhas companheiras de trabalho aqui no salão todas as clientes me tratam no feminino, todas são muito respeitadas. Talvez eu sinta mais um pouco de resistência das pessoas do convívio de uma igreja evangélica que frequentei, talvez por elas eu sinta mais resistência em aceitar minha transformação, mas mesmo assim não são todos que são mal-educados a ponto de me faltar com o respeito com a minha identidade de gênero.

Antonella teve contato com a negação do reconhecimento social de sua identidade de gênero nesta terceira esfera no ambiente da universidade que frequentou:

A minha identidade de gênero, desde o dia que eu coloquei os meus pés na instituição, numa instituição particular... eu fui vista e respeitada como mulher. Houve sim um pouco de preconceito, de perseguição por parte de alunos e alguns professores, mas com o tempo foi se resolvendo. Eu também me impus bastante, porque eu nunca fui covarde de fugir... ah viado... de baixar a cabeça não. No momento certo e na hora certa em que eu era agredida eu sabia como revidar, como me impor e fazer respeitar minha identidade de gênero, porque a questão da gente sempre se esconder e se fazer de frágil, de vitimismo, também não funciona, tem hora que a gente tem que se impor e fazer com que nos respeitem.

A estima social se mostra como um processo contínuo, que impulsiona uma busca constante pelo desenvolvimento moral onde o sujeito percebe-se socialmente respeitado.

4.4.4.2 *Samyra*

Dentro de seu contexto de vida Samyra passou por alguns processos que a ajudou romper algumas barreiras ao que se refere a estima social. Ela

percebeu num determinado momento de sua vida que para alcançar reconhecimento como pessoa ela teria que lutar muito por seus direitos. Um dos acontecimentos que mexeu com a cabeça de Samyra ocorreu quando ela trabalhava na rua onde ela teve contato com um grupo de pessoas que a reconheceram como sujeito cuja identidade de gênero transexual era digna e estimável:

Em dois mil e um, quando eu trabalhava na rua, eu fui abordada uma..., uma noite, né... fui [...] eram os multiplicadores do projeto, chamado “Projeto Humanos” que era desenvolvido dentro do NASA – Grupo de Ação Solidária a AIDS, que é uma ONG que trabalha na prevenção de DST, HIV e AIDS, né...e eles me abordaram me ofertando camisinha, me ofertando gel, e me convidaram para as reuniões de Domingo, né... que todos os Domingos eles faziam uma reunião com a população LGBT, [...]

Nesse momento Samyra muda seu olhar sobre si mesma, adquirindo por meio deste reconhecimento uma autoestima capaz de fazê-la começar a enxergar as possibilidades de acessar um mundo totalmente novo para ela. Contudo, ela também passa a ter consciência das barreiras que existem para se alcançar igualdade e cidadania.

[...] aquele momento me fez eu olhar ao meu redor e perceber o quanto eu estava excluída, [...] e me fez perguntar porque que eu estava ali, né... cadê o mercado de trabalho pra mim... cadê o... as minhas oportunidades de eu fazer um curso profissionalizante, cadê o meu estudo, [...] então... e me fez eu perceber o quanto que eu estava excluída, e aí eu percebi também que se eles chegaram até a mim, se essa ONG chegou até a mim, o poder público também poderia ter chegado, né... assim... pra... ter vindo até mim políticas públicas, né... assim... mas não aconteceu, né...

O reconhecimento pela estima social está atrelado ao reconhecimento jurídico, pois é este último que nos propicia o autorrespeito necessário para lutar pelo reconhecimento de nossa particularidade cultural ou social.

[...] fui conhecer o NASA, fui nas reuniões do NASA, e... muito tímida, muito... com medo de tudo, né... aquela realidade, aquele meu mundo, né... assim... por que habitavam muitas pessoas, e todas as pessoas iguais a mim, [...] foi maravilhoso, [...] aí logo já veio um convite de uma viagem, pra mim fazer um curso de nove dias em Curitiba, que é o “Ativismo e Cidadania”, que aquilo foi um banho pra mim de cultura e sabedoria, porque lá a gente aprendemos, sobre direitos humanos, sobre [...] DST, HIV e AIDS, aprendemos sobre advocaci, aprendemos... olha... de tudo um pouco nesses nove dias [...] foi [...] um evento específico para travestis e transexuais de todo o Paraná, [...] quando

eu voltei já veio convite pra mim ser multiplicadora no “Projeto Humanos”, [...] eu fui acessada, [...] lá na esquina, me ofereceram camisinha, que mudou a minha vida também, se hoje [...] eu devo [...] a minha saúde, né... assim.. também pelos multiplicadores, e aí eu aceitei o convite, né... de ser multiplicadora, né... e... e foi maravilhoso pra mim, né... assim... eu tá do outro lado, eu tá indo levando o... o preservativo conversando [...] com as meninas, [...] Dentro do NASA tentamos [...] registrar uma associação LGBT, foi criado o estatuto, mas nunca finalizamos, nunca registramos, né... assim... uma associação LGBT. [...] E aí em dois mil e cinco veio o convite do “Programa Municipal de DST e AIDS” pra mim trabalhar como multiplicadora, que aí era uma política [...] do governo, [...] que era desenvolvido através do secretário municipal de saúde, [...] fui uma das... das escolhidas pra mim trabalhar com a população LGBT, e... e aí eu pensava, né... assim... mas e quando acabar esse projeto, [...] porque vai acabar, é uma política de governo, [...] o que que eu vou fazer, né... assim... a minha continuidade, está minha vontade [...] de continuar, essa minha vontade de fazer algo [...] muito mais, né... assim... porque trabalhar com a população LGBT, só a questão da saúde, não dá, né... assim... tem toda uma... a exclusão é tanta, né assim.. que precisa ser trabalhado todas, uma “enes” de questões, né... assim... é... seja na área [...] da saúde sim, mas seja na saúde psicológica, seja [...] a violência que sofre, [...] tá acompanhando, tá orientando, então aí que veio a ideia da gente registrar a associação, né... assim... vamos registrar uma associação, aí como eu pensei, bom já tentamos registrar uma associação LGBT, não conseguimos, vamos registrar então uma... uma associação só de trans, né.. travestis e transexuais, e aí fomos [...] Associação de Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu, né... Casa de Malu [...]

Degradação é uma palavra que descreve o desrespeito ligado a estigma social, ela denota a desqualificação, a desonra e a destruição da dignidade, à negação do valor social de indivíduos ou grupos, cujas formas de vida são consideradas de menor importância para os objetivos da sociedade.

Vimos que a não conformação às normas binárias de gênero faz com que às pessoas transexuais sejam negadas a possibilidade de atribuição social de valor às suas próprias capacidades. A demanda destas pessoas passa pela reivindicação de que sua identidade de gênero seja estimada socialmente, considera uma forma legítima de construção da identidade.

Samyra nos descreve como se dá em seu cotidiano. Ela trabalha no escritório da oficina de seu companheiro e se sente muito ofendida pela postura de alguns clientes que se negam a respeitar sua identidade de mulher transexual:

Bom, né... assim... é... Foz do Iguaçu ela é uma cidade, com a maior etnia, né ... assim... da diversidade que aqui em Foz do Iguaçu vive setenta e duas etnias, né... assim... mas é uma cidade que não sei

como ela consegue ser conservadora, ela consegue ser é... é... é homofóbica, transfóbica, uma cidade racista, né... assim... com toda essa diversidade né... assim... que... que nós temos aqui que não era pra ser assim... eu... O meu vínculo social é bem, né... assim... porque mais é mercado, é mais em casa de amigos, que hoje eu tenho uma roda de amigos, assim bem grande, [...] eu trabalho [...] com meu marido na oficina mecânica, [...] e lá eu percebo, né... assim... como que as pessoas ainda [...] olham pra gente [...], como se aquele espaço não fosse pra ela está lá, né... assim... não era pra ela está lá, parece que eles olham procurando aquela puta da esquina, né... assim... ou se perguntando o que você está fazendo ali, né ... se teu lugar é numa esquina pra você estar trabalhando, [...] então... e lá eu vivo [...] uma realidade de pessoas que não vão até lá no escritório pra conversar comigo, ou pra acertar uma nota comigo, [...] se recusa, [...] mas... e por quê [...] por quê esse medo, né... assim... de cruzar com uma pessoa, [...] uma pessoa comum igual a outra qualquer, né... assim... que tem seus anseios, seus desejos, né... assim... então... que medo é esse, né? [...] quando eu saio de ônibus, que eu quero ir de vestido, eu fico muito retraída, né... assim... me dá um medo, né... assim... porque eu não sei o que eu vou enfrentar, [...] porque [...] eu estou muito mais exposta, [...] eu estou muito mais chamativa, [...] eu não vou querer ouvir piadinhas, eu não vou querer ouvir bochichos, [...] então... é complicado, né... assim... porque eu queria sair do jeito que eu queria, né... assim... com a roupa que eu queria sair, eu queria pegar um ônibus, ir no mercado, [...] e não, é uma pessoa comum como outra qualquer que está passando independente da roupa dela, né...

4.4.4.3 Milena

Como é branca, graduada em matemática e exerce a função de professora dos estado do paraná há quase quinze anos, Milena admite ter uma certa vantagem por sua condição social que lhe permite ser um pouco mais respeitada do que muitas mulheres transexuais que conhece:

[...] e eu acho que, essa aceitação que eu tive dentro do contexto social, e profissional, foi devido a eu ser branca e ser heteronormativa, né.... eu tenho aquela essência de ser uma mulher, branca e isso tudo me ajudou muito, se eu fosse uma negra, talvez eu não teria esse espaço vinculado junto a mim, e a ter esse espaço de poder, no profissional, né... [...] Foz do Iguaçu é uma cidade assim que... ela embarca a todas as demandas desde que você tenha uma situação social boa, hoje em dia por eu ser professora eu acho que os espaços se abrem muito me... mais pra mim, que como eu já dei aula pra metade dessa cidade (riso), as pessoas já vê, não! ela é professora, e... não me acusam, ou não me... não me rechaçam, e diante disso em todos os espaços que eu frequento eu sempre vou ter alguém que tem alguma imagem, oh! ela é professora, então isso me dá credibilidade, infelizmente, de poder andar e transitar e ter essa mobilidade em todos os espaços, tanto ... eu não tenho carro, eu ando muito de transporte público, as pessoas sempre são muito solícitas comigo quando eu faço alguma coisa, quando eu vou em alguns ambientes, mas a gente nota assim, é a questão das outras pessoas, né... que ficam olhando, mas não sei se olham com um ar... que a gente nunca sabe o que o outro

pensa, né... porque eu sou muito cantada também (riso)... então eu nunca sei se é um ar de repulsa ou um ar de afeto, mas que eu não deixo ninguém chegar em mim, né...

Mesmo diante dessa certa liberdade que desfruta ela tem muito receio e se resguarda o máximo que pode para evitar embates. Quanto a negação da estima social, Milena, assim como Antonella e Samyra, também se sente afetada pelo meio social de convivência. Seu sentimento é esboçado nas palavras que transcrevemos de sua entrevista.

[...] as pessoas as vezes querem ser toleráveis, né... dizer: “ai... eu suporto você!”, mas elas esquecem que tem uma pessoa ali que [...] quer ser inserida dentro do contexto com todo mundo e muitas vezes não é abraçada porque as pessoas não sabem lidar com essa situação, né... elas não sabem, não sabem. Elas acham que... as perguntinhas assim tipo: “Ai... o que que você faz pra esconder o que você tem? Ai... os seus namorados? Ah.. isso”, então elas esquecem que a gente antes de tudo tem sentimentos e quer ser tratada como mulher, [...] Mas ainda enfrentamos muitas dificuldades, porque eu acho assim... é difícil encontrar mulheres trans profissionais em alguma coisa, né [...] eu penso nas outras, [...] estando nos espaços sociais e sendo contempladas com as suas personalidades e com suas fisionomias, as pessoas não vão respeitar, vão achar que são tudo prostitutas, que são tudo igual, que não vale nada, e daí a pauta fica sempre voltada a essa marginalização e vulnerabilização da população trans... e é triste né... e é triste...

A degradação moral para Milena vem, muitas vezes, em forma de perguntas ofensivas que questionam geralmente a sua vida sexual.

[...] eu como mulher trans, eu analiso que as pessoas ainda não entendem quem a gente é, entendem assim... aceitam, elas não respeitam porque quando você pega e fica tendo dúvida sobre que banheiro eu frequento, se eu sou homem ou sou mulher na hora do sexo, isso daí não é respeitar, porque ninguém fica perguntando se... pra uma mulher se... a buceta dela é grande, né.. ou pequena, né.. se a vagina dela aguenta dois, três, como os homens... as pessoas fazem esse tipo de pergunta com nós mulheres trans, o que eu acho a coisa deprimente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando confrontamos a Teoria do Reconhecimento de Honneth (2003) com a história de vida e experiência empírica de cada uma das entrevistadas, observamos como as formas de reconhecimento na esfera afetiva, na esfera jurídica e da estima social manifesta-se na vida de cada uma delas. No reconhecimento pelo amor, a mãe aparece como figura central na relação que assegura a autoconfiança, as entrevistadas desenvolveram todo um laço de afeto muito forte em torno da convivência com a mãe. Esse traço aparece na fala de todas elas, a aceitação e o apoio da mãe pressupõe uma segurança maior no que se refere a própria condição de mulher transexual, a mãe aparece como referência, como modelo que reflete a condição de mulher que elas buscam alcançar.

A aceitação da família também se torna um ponto de apoio moral onde elas experimentam a sensação de pertencer com maior ou menor intensidade. No caso da Antonella há uma demonstração de afeto por parte dos familiares que a faz sentir segura e aceita por todos, as amizades cultivadas a partir do ambiente de trabalho também contam como suporte da sua autoconfiança, isso se reflete em sua postura diante das adversidades enfrentadas por ela ao longo dos anos. No caso de Samyra, a aceitação da família também aparece como suporte para a sua autoconfiança. Mesmo tendo uma relação mais distante, a sensação de pertencer se renova com as lembranças dos encontros esporádicos onde a troca de afeto se manifesta. Ao que se refere às amizades, Samyra apresenta um círculo mais restrito, onde as relações de amizade se concentram ao redor de seu trabalho com travestis e mulheres transexuais. A experiência de Milena no campo dos afetos traz o peso do abuso que sofreu quando criança. Apesar de ter conseguido superar pela relação de amor com sua mãe, vive a rejeição por parte de seu pai e de uma de suas irmãs. Por não se sentir segura em cultivar amizades, suas relações de afeto se restringem à convivência com sua mãe e sua outra irmã. Apesar de viver alguns conflitos, Milena conseguiu desenvolver uma autoconfiança que a impulsiona no campo profissional ao qual se dedica.

Na esfera do direito, a experiência de Samyra e Milena é recente. Elas estão se adaptando à conquista da retificação de nome concedida a elas por meio do ministério público no mês de Outubro de dois mil e dezessete. O reconhecimento jurídico do nome está permitindo que elas se enquadrem dentro do contexto de imputabilidade moral alcançando a condição de igualdade que elas tanto almejam, podendo ter as mesmas oportunidades que qualquer outro ser humano imputável tenha. O autorrespeito ainda é algo novo na vida delas e vai se desenvolvendo à medida que elas forem vivenciando essa nova condição. Antonella ainda não passou pelo processo de retificação de nome, ela está movendo o processo e espera a decisão judicial.

No que se refere à estima social, nossas três entrevistadas vivem experiências bem parecidas. Ao mesmo tempo que são valorizadas e vistas como pessoas competentes profissionalmente em seu meio, sofrem com as abordagens pouco amistosas de algumas pessoas que não a reconhecem como elas gostariam de ser reconhecidas: a saber, como sujeitos livres para construir suas identidades de gênero para além das normas binárias instituídas por nossas sociedades ainda fortemente heteronormativas. Elas querem ser reconhecidas como mulheres transexuais, cuja identidade de gênero seja considerada tão normal e legítima quanto à identidade cisgênera.

A dificuldade que as pessoas têm de enxergar a transexual como sujeito socialmente capaz, com direito de viver uma vida livre de julgamentos engendrados debaixo de uma longa prática de exclusão, condenação e desqualificação, é o reflexo de um discurso construído historicamente por meio de várias instituições, como já tratei de mostrar no Corpus dessa pesquisa, que nunca permitiram a esse sujeito falar por si mesmo.

A pesquisa me permitiu ouvir essas mulheres transexuais muitas vezes e me fez entender que a luta delas pelo reconhecimento social é uma luta contínua, num estágio de angústia constante buscando conquistar um devir de igualdade de direitos e imputabilidade moral. Essas mulheres transexuais precisam ser ouvidas e podem falar por elas mesmas. E é este o sentido da realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. **Sexualidades Ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Brasiliense, 1986.
- BENJAMIN, Harry. Transvestism and transsexualism. **JAMA**, v. 199, n. 2, p. 136-136, 1967.
- BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, 2012.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).
- BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos feministas**, p. 569-581, 2012.
- BUTLER, Judith; AGUIAR, Renato. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.
- CAMERINO, L.C. **Sexualidade e Gênero no pensamento cristão**: Breve comparações sobre concepções naturalistas e personalistas. In.: É: Revista Ética e Filosofia Política. Número XVIII - Volume I - Agosto de 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2015/08/18_1_camerino.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- CASAGRANDE, Cledes Antonio. A ética e a formação do EU sob a perspectiva de GH Mead: algumas considerações introdutórias. **Diálogo**, v. 1, n. 19, p. 145-158, 2011.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual"(1910-1995). **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001.

SCHMIDT, Simone Pereira. **Poéticas e políticas feministas**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2004.

COLLING, Leandro. **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da *et al.* A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73102.

MELO, Iran Ferreira de. Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, n. 14, 2017.

DIAS, Maria Berenice. Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável. **Revista Gênero & Direito**, v. 3, n. 2, 2014.

SANTOS, Paulo Reis dos. Desejos, conflitos e preconceitos na invenção de si: história de uma travesti no mundo da prostituição. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 32, 2012.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 3, 2009 - pp.54-81.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Editora Garamond, 2005.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Trilhas Urbanas, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres (MT Costa Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1984), 1998.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. Revista Enfoques: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. **Identidade Sexual de mulheres que se relacionam com mulheres em Ilhéus e Itabuna-BA**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes, 2013.

FREUD, Sigmund. Obra Completa. **Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade**. Análise Fragmentária de uma Histeria ("O Caso Dora") e Outros Textos. (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 6.

GOMES, Antonio de Araújo. Corpo, sexualidade e religião: do corpo grego ao corpo cristão, um longo caminho de repressão. **Anais dos Simpósios da ABHR**, n. 2, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Lamparina, 2014.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LANZ, Letícia. **O Corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. **São Paulo: Anna Blume Editora**, 2012.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. Boitempo Editorial, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação - uma Perspectiva PósEstruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAFFIA, Diana et al. **Sexualidades migrantes gênero y transgénero**. Buenos Aires: Feminaria, 2003.

MOTT, Luiz. Etno-Historia de la homosexualidad en América Latina. **Historia y Sociedad**, n. 4, p. 123-144, 1997.

PLATÃO. **O banquete**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013. 127p.

ARISTÓFANES, Sócrates. **Coleção Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SAGRADA, BIBLIA. Livro de Levítico e Ezequiel. **Bíblia Online NVI**, 2014. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. São Paulo: José Olympio, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. São Paulo: Bookman, 2001.

WERLE, Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares. Reconhecimento e justiça na teoria crítica da sociedade em Axel Honneth. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas, SP: Papirus, 2008, p. 183-198.

A N E X O S

ANEXO A – Fotografias da Realidade Transexual**Foto 1 – Samyra**

Retratos da feminilidade expressa no cotidiano da entrevistada
Fonte: imagem produzida pela autora desta monografia, 2017

Foto 2 – Reconhecimento



Assinatura de documento de retificação de nome
Fonte: imagem produzida pela autora desta monografia, 2017

Foto 3 – Violência e Anonimato



Realidade de violência e invisibilidade enfrentada pelas mulheres trans
Fonte: imagem produzida pela autora desta monografia, 2016

Foto 4 – Luta LGBT



Material de campanha de esclarecimento sobre a luta LGBT
Fonte: imagem produzida pela autora desta monografia, 2016